

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Aos vinte dias de setembro de 2.018, às 09:30hs, na sede do BERTPREV, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo do Instituto Sr. Alexandre Hope Herrera - Presidente do BERTPREV e os conselheiros, Srs. Luiz Antonio Batista Simões, Adriana dos Santos Rodrigues, Fabiano Teles de Oliveira, Marcelo dos Santos Pereira, Phelippe Santos do Bom Sussesso, Antônio Carlos Gomes, Jaime Furtado de Mello Junior e com suplente a Sra. Dulce Campos de Lima. Na sequência o Presidente, lembrou aos presentes que foram enviados por e-mail os arquivos com as atas do comitê de investimentos nº 31, 32, 33, 34 e 35/18 (atas de agosto/2018), o relatório mensal da ouvidoria, minuta de alteração da resolução CA nº 2/17, minuta de alteração da LC 95/13, relatório da auditoria do tribunal de contas, todos seguem em anexo a ata, informou ainda que as atas do comitê estão disponibilizadas no site o BERTPREV. Passou-se a apreciação das atas do Comitê de Investimentos, deliberou o conselho por unanimidade em referendar as atas nº 31, 32, 33, 34 e 35/2018 (atas de agosto/2018). Na sequência foi apreciado o relatório da ouvidoria e acesso à informação, conforme art. 3, XI da resolução C.A Nº 2/18 – BERTPREV, após avaliação do trabalho realizado, conforme art.6, o conselho avaliou os trabalhos satisfatórios. Deliberou o conselho por unanimidade em aprovar a continuidade dos trabalhos do ouvidor, propugnando pela constante melhoria do seu desempenho. Foi informado pelo Sr. Phelippe que após a realização da auditoria feita pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Unidade Regional de Santos – UR -20, foi entregue relatório acerca da auditoria, segue anexo a ata, quanto aos apontamentos realizados, está sendo produzido relatório com respostas, tão logo seja concluído, será encaminhado cópia ao conselho. Em continuação, o Sr. Alexandre apresentou o relatório da consultoria de investimentos do mês de agosto/2018, que segue anexo a ata, em resumo o resultado dos investimentos no mês agosto de 2018 foi de R\$ 407.574.914,68 obtendo uma variação negativa momentânea em virtude da marcação a mercado de (-)R\$ 4.669.314,75.

Mês	Saldo Anterior	Saldo Atual	Retorno	Retorno (%)	Meta (%)
Janeiro	385.467.812,33	406.017.976,10	17.365.061,32	4,47%	0,80%
Fevereiro	406.017.976,10	410.112.349,75	2.962.678,01	0,74%	0,74%
Março	410.112.349,75	417.016.417,93	4.028.182,92	0,98%	0,58%
Abril	417.016.417,93	418.476.230,22	-156.523,69	-0,04%	0,71%
Mai	418.476.230,22	401.925.847,05	-18.077.063,86	-4,30%	0,89%
Junho	401.925.847,05	398.374.923,56	-4.406.202,93	-1,08%	1,75%
Julho	398.374.923,56	411.027.872,38	11.499.248,72	2,86%	0,84%
Agosto	411.027.872,38	407.574.914,68	-4.669.314,75	-1,15%	0,44%0
Total			8.546.065,74	2,25%	6,95%

Devido a instrução normativa 01/13 que autoriza a contratação de despesas no importe de até 08 salários mínimos com dispensa de convocação de reunião do conselho administrativo e considerando a necessidade de contratação de empresa certificadora para atender ao Pró-Gestão, em cotação com as duas empresa existentes, conforme instrução no processo administrativo nº 239/18, foram apresentados os seguintes valores Fundação Carlos Alberto Vanzolini R\$ 13.000,00 e Instituto de Certificação Qualidade Brasil R\$ 8.900,00, deliberou o conselho em aprovar a contratação com a empresa de menor valor observados as formalidades legais. A pedido do comitê de investimentos via ata 37/2018 o Sr Alexandre trouxe à apreciação e aprovação a atualização da Resolução 02/17 que disciplina o credenciamento de instituições financeiras e o procedimento para aplicações financeiras, explana que com a Resolução vigente, as corretoras não poderiam ser cotadas para eventual compra de Títulos Públicos, que conforme analisado e verificado com outros RPPSs que já compraram TF, os spreads praticados pelas corretoras, via de regra são menores que as tesourarias dos bancos, das quais fazemos nossas aquisições. Vale destacar que no texto proposto, somente corretoras credenciadas como Dealers do Tesouro Nacional poderão ser credenciadas junto ao BERTPREV e somente para compra e venda de Títulos Públicos, e as corretoras Dealers participarão da cotação, em conjunto com as demais instituições financeira, o objetivo é aumentar os fornecedores para comprar com o melhor preço, algo relevante, quando considerado o volume de recursos envolvidos em cada operação. Deliberou o conselho por unanimidade em aprovar a alteração da resolução. Em relação ao tema pautado "Aprovação da minuta de alteração de lei 95/13", foi recebido memorando 04/18 – comitê de investimentos, solicitando prazo para análise e sugestões em relação as alterações. O conselhos no sentido de ampliar o debate, delibera por unanimidade em convocar uma reunião extraordinária para discussão exclusiva da minuta de alteração da LC 95/13, convidando os membros do conselho fiscal e do comitê de investimentos e demais interessados para participar, fica agendado para o dia 27/09/2018, às 09:00. O Sr Alexandre trouxe os processos 162/18 e 154/14 - Requer ratificação de Estágio Probatório mediante parecer da procuradoria desta autarquia - Reg.019 e Avaliação de Estágio Probatório – Servidor Alexandre Hope Herrera para apreciação e registro em ata, situação já comentada em reuniões anteriores, em resumo trata-se de ADIN 2046653-36.2017.8.26.0000 indicando a inconstitucionalidade do art. 2º, da Lei Complementar nº 109, de 23 de setembro de 2015, dispõe sobre os

critérios de avaliação de estágio probatório, "O servidor em estágio probatório poderá exercer função de confiança (cargo comissionado ou função gratificada), e em havendo manifesta correlação entre as atribuições do seu cargo de provimento efetivo e a função de confiança não haverá suspensão do período para efeitos de contagem do estágio probatório" após decisão judicial o Sr. Alexandre estável pela portaria 51/15 de 10/12/2015, requer ratificação de seu período de Estágio, requisito para posse do Cargo de presidente, mediante parecer da procuradoria com entendimento de que o estágio probatório encontra-se fulminado, mesmo considerando que é sabido e notório que o mesmo cumpriu as funções de contador. Seguindo o parecer da procuradoria, foi enviado à PMB ofício de nº 099/2018 em 19/07/2018 reiterando em 30/08/2018, enviado ofício para decisão da PMB visto que o interessado é o poder maior tornando o incapaz da decisão. Deliberou o conselho por unanimidade em reiterar a expedição de ofício encaminhando também cópia para a controladoria e ao secretário de administração, inclusive citando que outros ofícios foram enviados sem qualquer manifestação. Em relação ao discutido na reunião ordinária do mês de agosto, acerca da explanação feita pelo Dr. Osmar Alves, deliberou o conselho por unanimidade em expedir ofício com cópia da referida ata, solicitando resposta com prazo de 15 dias, para todos os secretários municipais com vistas a conhecer o problema e em conjunto, dentro das respectivas atribuições, realizar as ações necessárias visando a solução das questões apresentadas, sendo com a estruturação física do setor da medicina do trabalho bem como o eventual aumento de mão de obra no local. Fica registrado que esta ata e seus anexos estarão disponibilizados para consulta no site do BERTPREV, www.bertprev.sp.gov.br. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 12:00, sendo lavrada a ata por mim, Phelippe Santos do Bom Sussesso que após lida e aprovada por todos, segue assinada pelos presentes.

Alexandre Hope Herrera

Luiz Antonio Batista Simões

Adriana dos Santos Rodrigues

Fabiano Teles de Oliveira

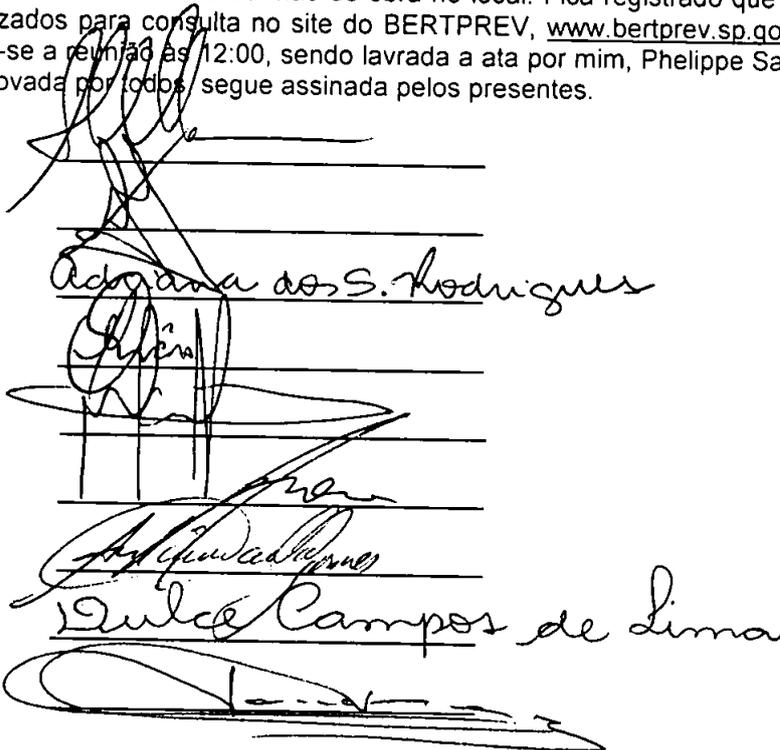
Marcelo dos Santos Pereira

Phelippe Santos do Bom Sussesso

Antônio Carlos Gomes

Dulce Campos de Lima

Jaime Furtado de Mello Junior



Handwritten signatures of the attendees, including: Alexandre Hope Herrera, Luiz Antonio Batista Simões, Adriana dos Santos Rodrigues, Fabiano Teles de Oliveira, Marcelo dos Santos Pereira, Phelippe Santos do Bom Sussesso, Antônio Carlos Gomes, Dulce Campos de Lima, and Jaime Furtado de Mello Junior.



*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga*
ESTADO DE SÃO PAULO

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº ____/18 – C.A./BERTPREV

ALEXANDRE HOPE HERRERA, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bertioga, na qualidade de Presidente do Conselho Administrativo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no disposto nos artigos 111, I, e 103, II da Lei Complementar 95/2013 e redação dada pelas Leis 101/2014 e 119/2015; considerando sugestão dada pelo Comitê de Investimentos, em ata de reunião do dia, e deliberação do conselho administrativo em reunião ocorrida em __/__/2018, registrada em ata,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica acrescido o inciso IV ao artigo 4º da Resolução 02/17 – CA/BERTPREV, com a seguinte redação:

“Art. 4º. (. . .)

IV - Para credenciamento de Instituição Corretora:

- a) Requerimento de Credenciamento de Instituição Financeira, conforme ANEXO I desta Resolução;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhado de declaração de vigência do texto apresentado, firmada por seu representante legal;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por procurador habilitado, para o fim específico de credenciamento, de que inexistem fatos impeditivos à habilitação e contratação com a Administração Pública, especialmente penalidades de suspensão do Direito de licitar e a declaração de inidoneidade, previstas no artigo 87, III e IV da Lei 8.666/93, conforme ANEXO II desta Resolução;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g) Autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil e/ ou pela Comissão de Valores Mobiliários atualizada;
- h) Certidão da Fazenda Municipal – validade de 90 dias contados da data da emissão;
- i) Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital – validade de 90 dias contados da data da emissão;



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

- j) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Dívida Ativa da União), mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, conforme legislação própria, inclusive com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- k) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), conforme legislação própria;
- l) Declaração firmada pela empresa a respeito da inexistência de ações judiciais de falência ou recuperação judicial em outros foros e de inexistência de procedimento de liquidação extrajudicial;
- m) Comprovação de prestação de serviços com bom padrão de qualidade na área de atuação em investimentos financeiros de RPPS, mediante apresentação de atestados ou declarações em número mínimo de 3 (três), emitidos (as) por unidades gestoras de RPPS, com prazo não superior 1(um) ano, a contar do pedido, ou outro que venha suprir tal necessidade.
- n) Documento comprobatório de sua condição de DEALER reconhecido pelo Tesouro Nacional do Brasil.

Art. 2º. A atuação das Corretoras junto ao BERTPREV será apenas e exclusivamente em negociação de Títulos Públicos Federais – TPFs, na condição de dealers, nos termos do artigo 19 da Resolução 02/17 – CA/BERTPREV.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bertioga, __ de _____ de 2018.

ALEXANDRE HOPE HERRERA
PRESIDENTE



Comitê de Investimentos

Ata nº 31/2018—Aos dois de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Bertprev, localizado à Rua Rafael Costabile, 596, centro - Bertiooga-SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos deste Instituto - Srs: **Wilson Paschoal dos Santos** – Presidente do Comitê, **Marco Aurélio de Thommazo**, **Jean Mamede de Oliveira**, **Clayton Faria Schmidt** e **José Daniel Rodrigues**. Iniciou-se a análise conjuntural de mercado e monitoramento das variáveis macroeconômicas, constatamos os seguintes parâmetros, com base nas informações das atas do COPOM e relatório *Focus* de 27/07/2018, merecedores de destaque:

COPOM	Referência	Exercício	Situação	Anterior	Atual
Taxa Selic Atual	20/06/18 a 01/08/18	2018	Estável	6,50%	6,50%

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice	Referência	Exercício	Situação	Previsão	
				Anterior	Atual
Meta Taxa Selic (final de período)	Mediana agregada	2018	Estável	6,50%	6,50%
PIB	Mediana agregada	2018	Estável	1,50%	1,50%
Cotação do Dólar (final do período)	Mediana agregada	2018	Estável	R\$ 3,70	R\$ 3,70
Taxa Selic (Expectativas - Médio Prazo - para final de período)	Mediana Top 5	2018	Estável	6,50%	6,50%
IPCA (Expectativas - Curto Prazo)	Mediana Top 5	2018	Estável	3,94%	3,94%
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 9072 d.u. - 2055)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	5,846	5,841
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 7560 d.u. - 2048)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	5,8344	5,828
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 5040 d.u. - 2038)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	5,7996	5,7891
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 2520 d.u. - 2028)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	5,6943	5,6711
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 1260 d.u. - 2023)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	5,4089	5,3517
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 504 d.u. - 2020)	Anbima - 01/08/2018	2018	Redução	4,167	4,078
Ibovespa	BM&F - 01/08/2018	2018	Elevação	79.154p	79.301p
Risco Brasil (JP Morgan)	01/08/2018	2018	Redução	276	271
Posição dos Investimentos	Mai/18- Jun/18	2018	em Mil	401.925	398.374

Fonte: Banco Central do Brasil; Anbima; BM&F; JP Morgan.

O cenário econômico continua estável quanto à política monetária de manutenção de juros baixos; a ETTJ apresentou redução em todos os vértices; diminuição do risco país; O IBOVESPA elevou-se para 79.301 pontos; o relatório semanal dos investimentos em 30/07/2018 indica o patrimônio de R\$411.936M. Confirmaram-se as expectativas do mercado, quanto à manutenção da taxa SELIC em 6,5% em reunião do COPOM na data 01/08/18. O Comitê continua monitorando a possibilidade de aquisição de títulos públicos; registra-se a elaboração do relatório de análise de mercado e investimentos nº 01/18 anexo a presente, em atendimento ao requisito do pró-gestão, esclarecemos que este relatório inicial abrange o período do primeiro semestre de 2018 e os próximos serão realizados mensalmente.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

A numeração das APRs da ata anterior foram emitidas desconsiderando o número 115, ficam portanto corrigidos conforme abaixo:

APR:	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
115/2018	23/07/2018	4.500,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
116/2018	27/07/2018	1.315.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
117/2018	27/07/2018	95.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)

Foram emitidas as seguintes APRs:

APR	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
118/2018	02/08/2018	10.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)
119/2018	31/07/2018	200.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)

Nada mais, foi encerrada a reunião às 16:00 horas, e lavrada em ata e assinada pelos presentes a esta reunião.

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

Wilson Paschoal dos Santos

José Daniel Rodrigues



Comitê de Investimentos

Relatório de análise de mercado e investimentos

01/2018 - janeiro a junho

A Economia brasileira exibiu forte volatilidade, em especial ao longo do segundo trimestre. Esse aumento da instabilidade é reflexo da mudança do cenário externo e uma piora das condições internas do país, impactando diretamente no aumento da incerteza e na piora das previsões macroeconômicas. Em relação ao cenário externo, dois fatores com origem nos Estados Unidos influenciaram mais fortemente a economia brasileira: a perspectiva de uma elevação mais rápida dos juros e o recrudescimento das medidas protecionistas contra importações naquele país. O impacto interno desta mudança tem sido a pressão sobre a taxa de câmbio, que já desvalorizou 20% frente ao dólar desde o final de janeiro, acima ainda da média de 10% dos demais países emergentes, indicando que fatores específicos à economia brasileira estariam amplificando os efeitos do choque externo, incorrendo inclusive para a elevação dos indicadores de risco-país. No cenário interno, a instabilidade tem estado relacionada fundamentalmente, já há algum tempo, à indefinição de como será enfrentado o problema fiscal. Este quadro foi agravado pela greve dos caminhoneiros, entre o final de maio e o início de junho, paralisando o país por cerca de dez dias, que representou um choque de oferta negativo sobre a economia, causou significativa perda de produto e aumento de preços, impactando direta e indiretamente sobre as contas públicas, piorou a percepção de risco dos agentes em relação ao ambiente econômico e político, já naturalmente elevada em face às incertezas do quadro eleitoral. Dados pré-greva mostravam uma economia em recuperação, mesmo que em ritmo um pouco mais lento que o esperado no início do ano. A greve veio interromper esse processo, ocasionando não apenas a redução das atividades produtivas, do comércio exterior (especialmente as exportações) e do consumo, mas também uma queda dos indicadores de confiança dos consumidores, empresários e investidores. Neste cenário, aumentaram as incertezas relativas às perspectivas da economia brasileira no curto e no médio prazo. Nesse contexto de grande incerteza, projetar a evolução das principais variáveis macroeconômicas é particularmente difícil. Neste cenário nada animador, a atividade econômica sucumbiu. Os números relativos à produção industrial de maio, com recordes de baixa na faixa dos 10%, impressionam e, mesmo descontando-se o fato de que são pontos fora da curva, é inegável que estão reforçando a tendência de revisão dos prognósticos para o



*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga*
ESTADO DE SÃO PAULO

crescimento do PIB no ano, hoje já encostando em 1%. Nesse cenário, o desemprego mantém a tendência de queda lenta e está em 12,7% da força de trabalho, ou o correspondente a 13,2 milhões de pessoas sem ocupação. No fechamento do semestre, o dólar subiu quase 17% e a bolsa caiu 6,58%, refletindo as desconfianças dos investidores quanto ao retorno oferecido pelos mercados dos países emergentes e, mais ainda do Brasil. Até a inflação, há tanto tempo bem comportada, sofreu impacto da crise transitória de desabastecimento e agora ainda leva a pancada do aumento das tarifas de energia elétrica — O IPCA 15, prévia do IPCA, terminou o semestre em 2,5% e chegou a 3,68% em 12 meses, levando as previsões da taxa de 2018 para pouco além dos 4%, embora ainda abaixo da meta oficial de 4,5%.

Diante dessa visível mudança no desempenho dos grandes indicadores econômicos, no balanço do semestre, analistas e consultores apressam-se a rever as estimativas para o fim do ano. E para pior. Em resumo, produziu-se neste primeiro semestre uma reversão das expectativas para 2018. Nesta nova perspectiva realizamos um movimento de encurtar a carteira, migrando dos títulos IMA B e IRFM 1+ para os fundos DI e fundos Dinâmicos, buscando proteção quanto a alta volatilidade presente e futura. Em 15 de maio, o Banco Central interrompeu o ciclo de cortes na Selic, com possibilidade de inversão para um novo período de elevação. O impacto maior é observado em nossa Carteira Própria de Títulos Públicos e nos fundos com ativos atrelados à inflação e juros na sua composição, como títulos NTN-B. Lembramos que investimentos nestes títulos podem registrar desvalorização a mercado se os juros futuros subirem. E, assim, como no Tesouro Direto, os fundos são marcados a mercado, ou seja, o preço registrado no extrato que o investidor consulta reflete o valor do ativo naquele momento se ele fosse vendido. Além dos juros, influencia também no preço do papel o prazo de vencimento do título. Quanto mais longo ele for, maior será o impacto no valor, porque maior também é a incerteza sobre o desempenho daquele ativo no futuro. Reafirmamos que a alteração da marcação dos títulos públicos da carteira própria na CURVA, reproduziria mais fielmente o valor do Patrimônio do Instituto, já que o compromisso é de levá-los até o vencimento, deixando, portanto, de apresentar rentabilidade negativa, protegendo-se das oscilações do mercado, em consonância com o ALM apresentado recentemente pela consultoria financeira.

Na carteira de renda variável, segmento que representa cerca de 28% do total do Patrimônio, houve queda, acompanhando os seus respectivos benchmarks. Um exemplo é o IBOVESPA que chegou ao fim de junho com desempenho negativo de 6,58%. Até abril, o índice acumulava alta de 12,71%. Alertamos que a realização do prejuízo concretiza-se



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

apenas se executado o resgate dos investimentos, e que tal segmento deve ser avaliado na perspectiva de longo prazo.

O movimento da bolsa nos últimos meses, assim como a Renda Fixa, também foi impactado pelo cenário externo, com investidores de olho no ritmo de elevação da taxa de juros dos Estados Unidos e com o recrudescimento da guerra comercial iniciada entre os norte-americanos e a China. No cenário interno, pesam ainda as incertezas sobre o cenário eleitoral em outubro. Investidores seguem atentos à divulgação de pesquisas de intenção de votos, monitorando as chances de candidatos que seriam mais comprometidos com reformas econômicas esperadas pelos agentes financeiros.

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

Wilson Paschoal dos Santos

José Daniel Rodrigues



Relatório Semanal de Investimentos

30/07/2018

XXX XXX XXX	CONTA TRANSITÓRIA	Posição em 30/07/2018	Variação em 30/07/2018	Variação em 30/07/2018	Limite Superior (%)	Limite Inferior (%)	Artigo 7, inciso IV, Alínea A
00000000000000000000	TOTAL PATRIMÔNIO	411.936.870,65	0,17%	100,00%			
00000000000000000000	(*) CONTA TRANSITÓRIA			0,00%			
00000000000000000000	Títulos Públicos Federais	131.178.764,84	0,41%	31,97%	20,00%	34,00%	Artigo 7, inciso IV, Alínea A
00000000000000000000	CARTERA PRÓPRIA (NTN)	131.179.764,84	0,41%	31,97%	10,00%	60,00%	Artigo 7, inciso IV, Alínea B
00000000000000000000	CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	16.962.879,00	0,30%	4,18%			
00000000000000000000	CAIXA BRASIL 2030 II TP	13.410.407,60	0,30%	3,26%			
00000000000000000000	BB PREV RF TP VII FI	26.171.481,00	0,29%	6,37%			
00000000000000000000	FC CAIXA BRASIL 2018 ITP RF	4.096.239,00	0,29%	0,99%			
00000000000000000000	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	5.077.425,67	0,29%	1,23%			
00000000000000000000	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	14.238.575,93	0,29%	3,46%			
00000000000000000000	BB PREV TP IPCA III	10.025.265,66	0,59%	2,48%			
00000000000000000000	Fundo de Investimentos Renda Fixa	74.255.437,53	1,64%	17,73%	5,00%	15,00%	Artigo 7, inciso IV, Alínea A
00000000000000000000	SANTAMER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	40.241.025,80	3,15%	9,46%			
00000000000000000000	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC DE FI	2.483.213,98	0,15%	0,59%			
00000000000000000000	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA III RF FIC DE FI	31.549.597,75	0,15%	7,67%			
00000000000000000000	Fundo de Investimentos em Ações	3.231.884,44	0,48%	0,78%	0,00%	5,00%	Artigo 7, inciso IV, Alínea B
00000000000000000000	QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.865.547,95	0,19%	2,18%			
00000000000000000000	QUEST AÇÕES FIC FIA	8.617.244,44	2,15%	2,13%			
00000000000000000000	BTG FUND ABSOLUTO INST FIC FIA	29.725.476,08	0,59%	7,25%			
00000000000000000000	BTG FUND DIVIDENDOS FIC FIA	5.233.020,37	1,17%	1,28%			
00000000000000000000	WESTERN ASSET VALUATOR FIA	6.461.350,86	0,46%	1,56%			
00000000000000000000	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.606.045,77	0,10%	1,36%			
00000000000000000000	CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC DE FIC AÇÕES	2.350.430,27	0,20%	0,56%			
00000000000000000000	ITAU FOF IPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC FI	28.300.880,47	2,28%	7,07%			
00000000000000000000	Fundo de Investimento em Participações	18.436.170,76	0,00%	3,00%	0,00%	5,00%	Artigo 7, inciso IV, Alínea A
00000000000000000000	FIC FEM PARTICIPAÇÕES BURSA PRIVATE EQUITY II	14.033.220,07	0,00%	3,40%			
00000000000000000000	EMGA PRIVATE EQUITY INVESTOR INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATEGIA	402.950,69	0,00%	0,08%			

Alexandre Hope Herrero
Presidente

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Comitê de Investimentos

Ata nº 32/2018—Aos oito de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Bertprev, localizado à Rua Rafael Costabile, 596, centro - Bertioga-SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos deste Instituto - Srs. **Wilson Paschoal dos Santos – Presidente do Comitê**, **Marco Aurélio de Thommazo**, **Jean Mamede de Oliveira**, **Clayton Faria Schmidt** e **José Daniel Rodrigues**. Iniciou-se a análise conjuntural de mercado e monitoramento das variáveis macroeconômicas, constatamos os seguintes parâmetros, com base nas informações das atas do COPOM e relatório *Focus* de 03/08/2018, mercedores de destaque:

COPOM	Referência	Exercício	Situação	Anterior	Atual
Taxa Selic Atual	20/06/18 a 01/08/18	2018	Estável	6,50%	6,50%

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice	Referência	Exercício	Situação	Previsão	
				Anterior	Atual
Meta Taxa Selic (final de período)	Mediana agregada	2018	Estável	6,50%	6,50%
PIB	Mediana agregada	2018	Estável	1,50%	1,50%
Cotação do Dólar (final do período)	Mediana agregada	2018	Estável	R\$ 3,70	R\$ 3,70
Taxa Selic (Expectativas – Médio Prazo – para final de período)	Mediana Top 5	2018	Estável	6,50%	6,50%
IPCA (Expectativas - Curto Prazo)	Mediana Top 5	2018	Estável	3,94%	3,94%
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 9072 d.u. - 2055)	Anbima – 07/08/2018	2018	Elevação	5,841	5,8417
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 7560 d.u. - 2048)	Anbima – 07/08/2018	2018	Redução	5,828	5,8256
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 5040 d.u. - 2038)	Anbima – 07/08/2018	2018	Redução	5,7891	5,777
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 2520 d.u. - 2028)	Anbima – 07/08/2018	2018	Redução	5,6711	5,6312
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 1260 d.u. - 2023)	Anbima – 07/08/2018	2018	Redução	5,3517	5,3109
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 504 d.u. - 2020)	Anbima – 07/08/2018	2018	Elevação	4,078	4,1012
Ibovespa	BM&F – 07/08/2018	2018	Elevação	79.301p	80.346p
Risco Brasil (JP Morgan)	07/08/2018	2018	Elevação	271	275
Posição dos Investimentos	Ma/18– Jun/18	2018	em Mil	401.925	398.374

Fonte: Banco Central do Brasil, Anbima, BM&F, JP Morgan.

O cenário econômico continua estável quanto à política monetária de manutenção de juros baixos; a ETTJ apresentou redução em todos os vértices, exceto na curva mais longa e na mais curta, abrangidas no relatório; elevação do risco país; O IBOVESPA elevou-se para 80.346 pontos; o relatório semanal dos investimentos em 03/08/2018 indica o patrimônio de R\$415.161M. O Comitê continua monitorando a possibilidade de aquisição de títulos públicos; registra-se a presença do Sr. Edmilson Alves, do banco Safra S.A., para apresentação de produtos de investimentos.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

Foram emitidas as seguintes APRs:

APR	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
120/2018	08/08/2018	10.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)
121/2018	08/08/2018	85.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)

Nada mais, foi encerrada a reunião às 16:30 horas, e lavrada em ata e assinada pelos presentes a esta reunião.

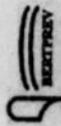
Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

Wilson Paschoal dos Santos

José Daniel Rodrigues



Relatório Semanal de Investimentos

08/08/2018

CNPJ	Fundo	Posição 30/07/2018	Posição 03/08/2018	Variação Semanal	% PL	Limite %	Saldo Dez/17 Evolução PL	RS 385.467.812,33 RS 29.693.762,91	Margem	Enquadramento
	TOTAL PATRIMÔNIO	415.936.720,65	415.161.575,24	0,78%	100,0%					
XXX XXX	(*) CONTA TRANSITÓRIA				0,000%					
	Títulos Públicos Federais	131.734.302,78	132.515.187,53	0,61%	31,92%				4,00%	Artigo 7, inciso I, Alínea A
CP 0184	CARTEIRA PRÓPRIA (NTNG)	131.714.302,78	132.515.187,53	0,61%	31,92%					
	Fundos 100% Títulos Públicos	90.294.476,11	90.662.511,71	0,42%	21,84%				-3,84%	Artigo 7, inciso I, Alínea B
22.791.074/0001-26	CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	17.013.932,00	17.124.978,00	0,65%	4,125%					
19.769.046/0001-66	CAIXA BRASIL 2030 II TP	13.461.016,80	13.535.722,80	0,54%	3,261%					
19.529.305/0001-06	BB PREV RF TP VII FI	26.246.826,32	26.303.331,28	0,22%	6,336%					
18.598.256/0001-08	FC CAIXA BRASIL 2018 I TP RF	4.106.547,00	4.112.676,00	0,15%	0,991%					
25.078.994/0001-90	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FC FI	5.092.131,38	5.103.956,54	0,23%	1,229%					
15.466.093/0001-83	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	14.280.001,26	14.359.049,71	0,55%	3,459%					
19.903.795/0001-35	BB PREV TP IPCA III	10.084.021,35	10.118.797,38	0,34%	2,437%					
	Fundos Referenciados Bônus Fixa	73.038.553,39	73.393.233,25	0,49%	17,69%				-2,68%	Artigo 7, inciso IV, Alínea A
02.224.354/0001-45	SANTANDER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	38.974.268,54	39.297.517,94	0,83%	9,466%					
21.838.150/0001-49	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FC DE FI	2.468.834,46	2.471.119,70	0,09%	0,595%	40,00%				
25.306.703/0001-73	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA (II) RF FC DE FI	31.595.450,39	31.624.595,61	0,09%	7,617%					
	FI Funda Fixa Crédito Privado	3.246.735,89	3.271.061,22	0,75%	0,78%				0,21%	Artigo 7, inciso VI, Alínea B
14.091.645/0001-91	BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	3.246.735,89	3.271.061,22	0,75%	0,78%	5,00%				
	FI ref Índice de IV divulgada pela B3 - Camp por no máx 50 ações	28.947.344,74	29.574.346,12	2,17%	7,12%					
08.817.414/0001-10	ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESA ATIVO FC FI	28.947.344,74	29.574.346,12	2,17%	7,12%	30,00%				
	Fundos de Investimentos em Ações	70.269.136,99	71.309.064,65	1,48%	17,18%				0,82%	Artigo 8, inciso I, Alínea A
11.392.165/0001-72	QUEST SMALL CAPS FC AÇÕES	11.881.475,81	12.084.346,31	1,71%	2,911%					
07.279.657/0001-49	QUEST AÇÕES FC FIA	8.802.316,18	8.959.804,22	1,79%	2,158%					
11.977.794/0001-44	BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FC FIA	29.901.501,88	30.311.727,56	1,37%	7,301%					
09.290.813/0001-18	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FC FIA	5.294.342,98	5.346.656,69	0,99%	1,288%					
09.087.523/0001-91	WESTERN ASSET VALUATION FIA	6.431.928,42	6.509.828,43	1,21%	1,568%					
11.108.013/0001-88	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.611.930,11	5.719.682,46	1,92%	1,378%					
15.154.441/0001-15	CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FC DE FI EM AÇÕES	2.345.641,60	2.377.018,98	1,34%	0,573%					
	Fundo de Investimento em Participações	14.436.170,76	14.436.170,76	0,00%	3,48%				0,52%	Artigo 8, inciso IV, Alínea A
16.437.146/0001-38	FC FI EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY II	14.033.220,07	14.033.220,07	0,00%	3,380%	5,00%				
27.782.774/0001-78	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATÉGIA	402.950,69	402.950,69	0,00%	0,097%	5,00%				

Alexandre Hope Herrero
Presidente - BERTPREI



Comitê de Investimentos

Ata nº 33/2018—Aos quinze de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Bertprev, localizado à Rua Rafael Costábile, 596, centro - Bertioga-SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos deste Instituto - Srs. Marco Aurélio de Thommazo, Jean Mamede de Oliveira, Clayton Faria Schmidt e José Daniel Rodrigues. Em face da ausência do Sr. Wilson Paschoal dos Santos o Comitê delibera para presidir esta reunião o Sr. Marco Aurélio. Iniciou-se a análise conjuntural de mercado e monitoramento das variáveis macroeconômicas, constatamos os seguintes parâmetros, com base nas informações das atas do COPOM e relatório Focus de 10/08/2018, mercedores de destaque:

COPOM	Referência	Exercício	Situação	Anterior	Atual
Taxa Selic Atual	20/06/18 a 01/08/18	2018	Estável	6,50%	6,50%

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice	Referência	Exercício	Situação	Previsão	
				Anterior	Atual
Meta Taxa Selic (final de período)	Mediana agregada	2018	Estável	6,50%	6,50%
PIB	Mediana agregada	2018	Redução	1,50%	1,49%
Cotação do Dólar (final do período)	Mediana agregada	2018	Estável	R\$ 3,70	R\$ 3,70
Taxa Selic (Expectativas - Médio Prazo - para final de período)	Mediana Top 5	2018	Estável	6,50%	6,50%
IPCA (Expectativas - Curto Prazo)	Mediana Top 5	2018	Elevação	3,94%	4,16%
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 9072 d.u. - 2055)	Anbima - 14/08/2018	2018	Redução	5,8417	5,731
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 7560 d.u. - 2048)	Anbima - 14/08/2018	2018	Redução	5,8256	5,7211
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 5040 d.u. - 2038)	Anbima - 14/08/2018	2018	Redução	5,777	5,6914
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 2520 d.u. - 2028)	Anbima - 14/08/2018	2018	Redução	5,6312	5,6021
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 1260 d.u. - 2023)	Anbima - 14/08/2018	2018	Elevação	5,3109	5,3831
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 504 d.u. - 2020)	Anbima - 14/08/2018	2018	Elevação	4,1012	4,2598
Ibovespa	BM&F - 14/08/2018	2018	Redução	80.346p	78.602p
Risco Brasil (JP Morgan)	14/08/2018	2018	Elevação	275	300
Posição dos Investimentos	Jun/18- Jul/18	2018	em Mil	398.374	411.027

Fonte: Banco Central do Brasil; Anbima, BM&F, JP Morgan

O cenário econômico continua estável quanto à política monetária de manutenção de juros baixos; a ETTJ apresentou redução em todos os vértices, exceto 2020 e 2023; considerável elevação do risco país; O IBOVESPA apresentou recuo para 78.602 pontos; o relatório semanal dos investimentos em 10/08/2018 indica o patrimônio de R\$408.751M. O Comitê continua monitorando a possibilidade de aquisição de títulos públicos;



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioqui
ESTADO DE SÃO PAULO.

Foram emitidas as seguintes APRs:

APR	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
122/2018	10/08/2018	2.040.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
123/2018	15/08/2018	160.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)

2

Nada mais, foi encerrada a reunião às 16:30 horas, e lavrada em ata e assinada pelos presentes a esta reunião.

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

José Daniel Rodrigues



Relatório Semanal de Investimentos

15/08/2018

CNPJ	Fundo	Semana Anterior 03/08/2018	Posição 10/08/2018	Varição Semanal	% PL	Limite % PL 3922/18 PL 4604/17	Saldo Day/17 Evolução PL	Limite Superior (%)	Margem	22,79%
XXX XXX XXX	TOTAL PATRIMÔNIO (*) CONTA TRANSITÓRIA	415.112.573,83	408.751.901,30	-1,53%	100,00%	PL 4604/17	Estratégia Ativa	Limite Superior (%)	Margem	22,79%
CP 0184	Títulos Públicos Federais	132.515.187,53	130.545.663,19	-1,49%	31,94%		36,00%	45,00%	4,06%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
	CARTERA PRÓPRIA (NTNs)	132.515.187,53	130.545.663,19	-1,49%	31,94%		36,00%	45,00%	4,06%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
	Fundos 100% Títulos Públicos	90.662.511,71	89.763.267,63	-0,99%	21,90%		18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
22.791.074/0001-26	CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	17.124.978,00	16.819.829,00	-1,78%	4,11%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.769.046/0001-06	CAIXA BRASIL 2030 II TP	13.539.722,80	13.350.515,60	-1,40%	3,26%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.523.305/0001-06	BB PREV RF TP VII FI	26.303.331,28	26.273.967,71	-0,30%	6,41%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
18.598.256/0001-08	FI CAIXA BRASIL 2018 I TP RF	4.112.676,00	4.121.415,00	0,21%	1,00%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
25.078.594/0001-90	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FC R	5.103.956,54	5.066.066,78	-0,74%	1,23%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
15.486.093/0001-83	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	14.359.049,71	14.142.247,39	-1,51%	3,46%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.303.795/0001-35	BB PREV TP IPCA III	10.118.797,38	10.039.226,15	-0,79%	2,45%		10,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
	Fundos Referenciados Renda Fixa	73.393.233,25	75.517.402,62	2,89%	18,48%		15,00%	40,00%	-3,48%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
02.224.354/0001-45	SANTANDER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	39.297.517,94	41.382.395,66	5,31%	10,124%		15,00%	40,00%	-3,48%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
21.638.150/0001-49	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FC DE FI	2.471.119,70	2.473.966,29	0,12%	0,603%		15,00%	40,00%	-3,48%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
26.306.703/0001-73	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA (II) RF FC DE FI	31.624.595,61	31.661.040,66	0,12%	7,46%		15,00%	40,00%	-3,48%	Artigo 7, Inciso II, Alínea A
	FI Renda Fixa Crédito Privado	3.271.061,22	3.246.837,85	-0,76%	0,79%		1,00%	5,00%	0,21%	Artigo 7, Inciso II, Alínea B
14.091.645/0001-91	BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	3.271.061,22	3.246.837,85	-0,74%	0,794%		1,00%	5,00%	0,21%	Artigo 7, Inciso II, Alínea B
	FI Redução de RY divulgado pelo B3 - Comp por no min 50 ações	29.574.346,12	27.767.594,97	-6,11%	6,79%		8,00%	10,00%	1,21%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
08.817.414/0001-10	ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVSPA ATIVO FC FI	29.574.346,12	27.767.594,97	-6,11%	6,793%		8,00%	10,00%	1,21%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
	Fundos de Investimentos em Ações	71.309.064,65	67.523.965,70	-5,31%	16,52%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
11.392.165/0001-72	QUEST SMALL CAPS FC AÇÕES	12.084.346,31	11.362.771,13	-5,97%	2,780%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
07.279.657/0001-89	QUEST AÇÕES FC FIA	8.959.804,22	8.439.991,48	-5,80%	2,065%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
11.977.794/0001-64	BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FC FIA	30.311.727,56	28.845.425,15	-4,84%	7,057%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
09.290.813/0001-38	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FC FIA	5.346.656,69	5.051.342,82	-5,52%	1,236%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
09.067.523/0001-91	WESTERN ASSET VALUATION FIA	6.509.828,43	6.146.155,28	-5,59%	1,504%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
11.108.013/0001-03	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.719.682,46	5.396.462,85	-5,65%	1,320%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
15.154.441/0001-15	CAIXA VINCIO DIVIDENDOS RPPS FC DE FI EM AÇÕES	2.377.018,98	2.281.817,00	-4,01%	0,558%		18,00%	20,00%	1,48%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
	Fundo de Investimento em Participações	14.387.169,35	14.387.169,35	0,00%	3,32%		4,00%	5,00%	0,44%	Artigo 9, Inciso IV, Alínea A
16.437.149/0001-28	FC FI EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY II	14.025.497,64	14.025.497,64	0,00%	3,431%		4,00%	5,00%	0,44%	Artigo 9, Inciso IV, Alínea A
27.782.774/0001-78	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATÉGIA	361.671,71	361.671,71	0,00%	0,088%		4,00%	5,00%	0,44%	Artigo 9, Inciso IV, Alínea A

Alexandra Hope Herrera
Presidente BERTPREV



Relatório de Investimentos

Julho 2018

CNPJ	Fundo	Patrimônio	% PL	Limite %	Saldo Dez/17	Saldo Dez/17	22,79%	
XXX XXX XXX	(*) CONTA TRANSITÓRIA		0,000%	PL 3922/10	Evolução PL	Evolução PL Acumulada Saldo Anterior	6,63%	
CP 0184	Fundos 100% Títulos Públicos	411.027.872,25	100,0%	PL 4604/17	Limite inferior (%)	Limite Superior (%)	1,23%	
	TOTAL PATRIMÔNIO				Enquadramento			
19.523.305/0001-06	Títulos Públicos Federal	131.605.426,00	32,02%	100,00%	20,00%	36,00%	45,00%	Artigo 7, Inciso I, Alínea A
25.078.994/0001-90	CARTEIRA PRÓPRIA (NTNs)	131.605.426,00	32,02%					
15.486.093/0001-83	Fundos 100% Títulos Públicos	90.250.634,26	21,96%		10,00%	18,00%	60,00%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.303.795/0001-35	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VII FI	26.251.170,03	6,367%					
19.769.046/0001-06	BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	5.090.946,73	1,239%					
18.598.256/0001-08	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	14.272.396,94	3,472%					
22.791.074/0001-26	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI	10.083.528,36	2,453%					
02.224.354/0001-45	FI CAIXA BRASIL 2030 II TP RF	13.443.693,20	3,271%					
21.838.150/0001-49	FI CAIXA BRASIL 2018 I TÍTULOS PÚBLICOS RF	4.108.080,00	0,999%					
25.306.703/0001-73	FI CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	17.000.815,00	4,136%					
14.091.645/0001-91	Fundos Referenciados Renda Fixa	73.255.950,01	17,82%		5,00%	15,00%	40,00%	Artigo 7, Inciso IV, Alínea A
08.817.414/0001-10	SANTANDER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	39.183.797,65	9,533%					
11.392.165/0001-72	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC DE FI	2.469.412,46	0,601%					
07.279.657/0001-89	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA (III) RF FIC DE FI	31.602.739,90	7,689%					
11.977.794/0001-64	FI Renda Fixa Crédito Privado	3.268.414,15	0,80%		0,00%	1,00%	5,00%	Artigo 7, Inciso VII, Alínea B
09.290.813/0001-38	BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	3.268.414,15	0,795%					
09.067.523/0001-91	FI ref Índice de RV divulgado pela B3 - Comp por no min 50 ações	28.756.699,25	7,00%		0,00%	8,00%	10,00%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
11.108.013/0001-03	ITAU FOF AÇÕES: IBOVESPA ATIVO FIC FI	28.756.699,25	6,996%					
15.154.441/0001-15	Fundos de Investimentos em Ações	69.503.579,23	16,91%		0,00%	18,00%	20,00%	Artigo 8, Inciso II, Alínea A
07.279.657/0001-89	QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.760.631,49	2,861%					
11.977.794/0001-64	QUEST AÇÕES FIC FIA	8.710.259,90	2,119%					
09.290.813/0001-38	BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC FIA	29.562.100,89	7,192%					
09.067.523/0001-91	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC FIA	5.226.968,66	1,272%					
11.108.013/0001-03	WESTERN ASSET VALUATION FIA	6.317.838,53	1,537%					
15.154.441/0001-15	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.998.372,72	1,362%					
16.437.148/0001-28	CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC DE FI EM AÇÕES	2.327.407,04	0,566%					
27.782.774/0001-78	Fundo de Investimento em Participações	14.387.169,35	3,50%		0,00%	4,00%	5,00%	Artigo 8, Inciso IV, Alínea A
	FIC FI EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY II	14.025.497,64	3,412%					
	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATÉGIA	361.671,71	0,088%					

Alexandre Jorge Herrera
Presidente BERTPREV



Comitê de Investimentos

Ata nº 34/2018—Aos vinte e dois de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Bertprev, localizado à Rua Rafael Costábile, 596, centro - Bertioga-SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos deste Instituto - Srs. **Wilson Paschoal dos Santos** – Presidente do Comitê, **Marco Aurélio de Thommazo**, **Clayton Faria Schmidt**, **Jean Mamede de Oliveira** e **José Daniel Rodrigues**. Iniciou-se a análise conjuntural de mercado e monitoramento das variáveis macroeconômicas, constatamos os seguintes parâmetros, com base nas informações das atas do COPOM e relatório *Focus* de 17/08/2018, mercedores de destaque:

COPOM	Referência	Exercício	Situação	Anterior	Atual
Taxa Selic Atual	20/06/18 a 01/08/18	2018	Estável	6,50%	6,50%

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice	Referência	Exercício	Situação	Previsão	
				Anterior	Atual
Mota Taxa Selic (final de período)	Mediana agregada	2018	Estável	6,50%	6,50%
PIB	Mediana agregada	2018	Estável	1,49%	1,49%
Cotação do Dólar (final do período)	Mediana agregada	2018	Estável	R\$ 3,70	R\$ 3,70
Taxa Selic (Expectativas – Médio Prazo – para final de período)	Mediana Top 5	2018	Estável	6,50%	6,50%
IPCA (Expectativas - Curto Prazo)	Mediana Top 5	2018	Estável	4,16%	4,16%
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 9072 d.u. - 2055)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	5,731	5,8562
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 7560 d.u. - 2048)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	5,7211	5,8518
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 5040 d.u. - 2038)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	5,6914	5,8387
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 2520 d.u. - 2028)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	5,6021	5,7991
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 1260 d.u. - 2023)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	5,3831	5,6871
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 504 d.u. - 2020)	Anbima – 21/08/2018	2018	Elevação	4,2598	4,2838
Ibovespa	BM&F – 21/08/2018	2018	Redução	78.602p	75.180p
Risco Brasil (JP Morgan)	21/08/2018	2018	Elevação	300	311
Posição dos Investimentos	Jun/18– Jul/18	2018	em Mil	398.374	411.027

Fonte: Banco Central do Brasil; Anbima; BM&F; JP Morgan.

O cenário econômico continua estável quanto à política monetária de manutenção de juros baixos; a ETTJ apresentou elevação em todos os vértices; elevação do risco país; O IBOVESPA apresentou recuo para 75.180 pontos; o relatório semanal dos investimentos em 17/08/2018 indica o patrimônio de R\$411.962M. O Comitê continua monitorando a possibilidade de aquisição de títulos públicos; registra-se a visita da equipe de investimentos do Bradesco, para apresentação de produtos.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADÓ DE SÃO PAULO

Foram emitidas as seguintes APRs:

APR	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
124/2018	16/08/2018	1.560.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
125/2018	17/08/2018	17.012.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
126/2018	20/08/2018	11.000,00	Aplicação	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 3)
127/2018	23/08/2018	27.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)
128/2018	29/08/2018	1.370.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)

Nada mais, foi encerrada a reunião às 16:30 horas, e lavrada em ata e assinada pelos presentes a esta reunião.

Wilson Paschoal dos Santos

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

José Daniel Rodrigues



Relatório Semanal de Investimentos

21/08/2018

CD	CD BOX	Descrição	Valor Inicial (R\$)	Valor Final (R\$)	Variação (%)	Variação Absoluta (R\$)	Variação Absoluta (%)
		TOTAL PATRIMÔNIO	408.751.903,31	411.963.108,50	0,79%	3.211.206,19	0,79%
		(*) CARTA TRANSITÓRIA					
		Reserva de Investimentos em Ações	121.580.601,70	121.580.601,70	0,00%	0,00%	0,00%
		CARTÃO DE PROPRIA (NTN)	132.862.601,70	132.862.601,70	0,00%	0,00%	0,00%
		Reserva de Investimentos em Ações	72.758.124,25	72.758.124,25	0,00%	0,00%	0,00%
		Reserva de Investimentos em Ações	16.819.829,00	16.819.829,00	0,00%	0,00%	0,00%
		CAIXA BRASIL 2018 R TP	13.150.515,60	13.243.925,20	0,69%	93.409,60	0,71%
		BB PREV M TP V2 FI	26.223.967,71	26.223.967,71	0,00%	0,00%	0,00%
		PC CAIXA BRASIL 2018 ITP R	4.121.415,00	4.121.415,00	0,00%	0,00%	0,00%
		BB PREV M ALOCAÇÃO ATIVA FC FI	5.066.066,78	5.100.592,98	0,67%	34.526,20	0,68%
		BB PREV M ALOCAÇÃO MZ TÍTULOS PÚBLICOS PCA FI	14.142.247,59	14.337.289,28	1,38%	195.041,69	1,38%
		BB PREV TP PCA M	10.039.226,35	9.388.435,98	-6,49%	-650.790,37	-6,47%
		Reserva de Investimentos em Ações	75.517.402,61	94.178.177,38	24,71%	18.660.774,77	24,71%
		MANTENÇÃO INSTITUCIONAL M RE DE	41.382.955,64	40.005.066,73	-3,09%	-1.377.888,91	-3,31%
		FUND INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO BALANÇA M RE DE FI	2.473.966,79	2.473.966,79	0,00%	0,00%	0,00%
		FUND INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO BALANÇA M RE DE FI	31.661.040,84	31.696.380,30	0,11%	35.339,46	0,11%
		FI Fundo Fixo Crédito Privado	3.246.837,85	3.271.907,55	0,77%	25.069,70	0,77%
		BB PREV M ALOCAÇÃO MZ TÍTULOS PÚBLICOS PCA M RE	3.246.837,85	3.271.907,55	0,77%	25.069,70	0,77%
		FI Fundo Fixo Crédito Privado	27.267.594,97	27.407.524,12	0,51%	139.929,15	0,51%
		FI Fundo Fixo Crédito Privado	27.267.594,97	27.407.524,12	0,51%	139.929,15	0,51%
		Fundo de Investimentos em Ações	67.523.965,73	66.778.604,34	-1,10%	-745.361,39	-1,10%
		COAST SMALL CAPS FC AÇÕES	11.362.771,13	11.235.643,29	-1,12%	-127.127,84	-1,12%
		COAST SMALL CAPS FC AÇÕES	8.439.991,48	8.284.970,19	-1,64%	-155.021,29	-1,82%
		BTC FUNDAMENTAL ABSOLUTO INST FC FI	28.845.425,15	28.530.920,26	-1,02%	-314.504,89	-1,09%
		BTC FUNDAMENTAL ABSOLUTO INST FC FI	5.051.342,82	5.039.491,50	-0,24%	-1.851,32	-0,04%
		WSETEN ASSET VALUATION FC A	6.146.155,28	6.032.676,90	-1,81%	-113.478,38	-1,85%
		BVP FUNDAMENTAL ABSOLUTO INST FC A	5.396.462,85	5.371.913,31	-0,46%	-24.549,54	-0,46%
		CAMA VALOR DIVIDENDOS SUPR DE 41 M AÇÕES	2.281.817,00	2.295.820,58	0,61%	14.003,58	0,61%
		Fundo de Investimentos em Participações	16.347.169,35	16.347.169,35	0,00%	0,00%	0,00%
		FC FI FUNDAMENTAL ABSOLUTO INST FC A	14.025.497,64	14.025.497,64	0,00%	0,00%	0,00%
		CAMA INVESTI (COAST) MZ TÍTULOS PÚBLICOS PCA M RE	361.671,71	361.671,71	0,00%	0,00%	0,00%



Comitê de Investimentos

Ata nº 35/2018—Aos vinte e nove de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, na sede do Bertprev, localizado à Rua Rafael Costabile, 596, centro - Bertioga-SP, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos deste Instituto - Srs. **Wilson Paschoal dos Santos** – Presidente do Comitê, **Marco Aurélio de Thommazo**, **Clayton Faria Schmidt**, **Jean Mamede de Oliveira** e **José Daniel Rodrigues**. Iniciou-se a análise conjuntural de mercado e monitoramento das variáveis macroeconômicas, constatamos os seguintes parâmetros, com base nas informações das atas do COPOM e relatório Focus de 24/08/2018, mercedores de destaque:

COPOM	Referência	Exercício	Situação	Anterior	Atual
Taxa Selic Atual	20/06/18 a 01/08/18	2018	Estável	6,50%	6,50%

Fonte: Banco Central do Brasil

Índice	Referência	Exercício	Situação	Previsão	
				Anterior	Atual
Meta Taxa Selic (final de período)	Mediana agregada	2018	Estável	6,50%	6,50%
PIB	Mediana agregada	2018	Redução	1,49%	1,47%
Cotação do Dólar (final do período)	Mediana agregada	2018	Elevação	R\$ 3,70	R\$ 3,75
Taxa Selic (Expectativas - Médio Prazo - para final de período)	Mediana Top 5	2018	Estável	6,50%	6,50%
IPCA (Expectativas - Curto Prazo)	Mediana Top 5	2018	Elevação	4,16%	4,18%
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 9072 d.u. - 2055)	Anbima - 28/08/2018	2018	Redução	5,8562	5,8352
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 7560 d.u. - 2048)	Anbima - 28/08/2018	2018	Redução	5,8518	5,8267
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 5040 d.u. - 2038)	Anbima - 28/08/2018	2018	Redução	5,8387	5,8013
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 2520 d.u. - 2028)	Anbima - 28/08/2018	2018	Redução	5,7991	5,7251
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 1260 d.u. - 2023)	Anbima - 28/08/2018	2018	Redução	5,6871	5,55
Tx. Juros (ETTJ-IPCA 504 d.u. - 2020)	Anbima - 28/08/2018	2018	Elevação	4,2838	4,3018
Ibovespa	BM&F - 28/08/2018	2018	Elevação	75.180p	77.473p
Risco Brasil (JP Morgan)	28/08/2018	2018	Elevação	311	330
Posição dos Investimentos	Jun/18 - Jul/18	2018	em Mil	398.374	411.027

Fonte: Banco Central do Brasil, Anbima; BM&F; J P Morgan.

O cenário econômico continua estável quanto à política monetária de manutenção de juros baixos; a ETTJ apresentou redução em todos os vértices, exceto no mais curto; elevação do risco país; O IBOVESPA apresentou elevação para 77.473 pontos; o relatório semanal dos investimentos em 27/08/2018 indica o patrimônio de R\$411.610M. O Comitê continua monitorando a possibilidade de aquisição de títulos públicos. O Comitê analisou os processos administrativos números 118/16 e 177/18 referentes a credenciamento. Segue junto à ata o relatório mensal de análise de mercado e investimentos, referente ao mês de julho/18.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

Foram emitidas as seguintes APRs:

APR	Data da Operação	Movimento R\$	Aplicação/Resgate	Produto
129/2018	29/08/2018	95.000,00	Resgate	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REF DI (CONTA 1)

Nada mais, foi encerrada a reunião às 16:30 horas, e lavrada em ata e assinada pelos presentes a esta reunião.

Wilson Paschoal dos Santos

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

José Daniel Rodrigues



Relatório Comparativo Mensal de Investimentos

28/08/2018

CNPJ	Fundo	JUNHO/2018		JULHO/2018		Variação Mensal	% PL	Limite % PL 3922/10 PL 4604/17	Saldo Dez/17 Evolução PL	Estatísticas		Enquadramento
		398.374.924,56	411.027.872,28	3,18%	100,00%					Limite Superior (%)	Margem	
TOTAL PATRIMÔNIO												
XXX XXX XXX	(*) CONTA TRANSITÓRIA	128.148.519,29	131.605.426,00	2,70%	32,02%	0,000%	100,00%	20,00%	36,00%	45,00%	1,98%	Artigo 7, Inciso I, Alínea A
CP 0184	Carteira Própria (NTN6)	128.148.519,29	131.605.426,00	2,70%	32,02%	0,000%	100,00%	20,00%	36,00%	45,00%	1,98%	Artigo 7, Inciso I, Alínea A
	Fundos 100% Títulos Públicos	88.259.757,53	90.250.634,26	2,21%	21,96%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
22.791.074/0001-26	CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	16.631.329,00	17.000.815,00	2,27%	4,136%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.769.046/0001-06	CAIXA BRASIL 2030 II TP	13.104.176,40	13.443.693,20	2,59%	3,271%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.523.305/0001-06	BB PREV RF TP VII FI	25.987.990,23	26.251.170,03	1,01%	6,387%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
18.598.256/0001-08	FC CAIXA BRASIL 2018 I TP RF	4.053.603,00	4.108.080,00	1,34%	0,999%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
25.078.994/0001-90	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI	5.022.299,15	5.090.948,73	1,37%	1,239%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
15.486.093/0001-83	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	13.978.486,58	14.272.398,54	2,10%	3,472%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
19.303.795/0001-35	BB PREV TP IPCA III	9.521.873,17	10.083.528,36	5,90%	2,453%	0,000%	100,00%	10,00%	18,00%	60,00%	-3,96%	Artigo 7, Inciso I, Alínea B
Fundos Referenciados Remédios Finais												
03.224.154/0001-45	SANTANDER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	37.770.683,33	39.183.797,65	3,74%	9,533%	0,000%	40,00%	5,00%	15,00%	40,00%	-2,82%	Artigo 7, Inciso IV, Alínea A
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC DE FI	2.455.389,63	2.468.412,46	0,57%	0,601%	0,000%	40,00%	5,00%	15,00%	40,00%	-2,82%	Artigo 7, Inciso IV, Alínea A
25.306.703/0001-73	ITAÚ INST ALOCAÇÃO DINÂMICA (II) RF FIC DE FI	31.433.781,92	31.602.739,90	0,57%	7,689%	0,000%	40,00%	5,00%	15,00%	40,00%	-2,82%	Artigo 7, Inciso IV, Alínea A
FI Remédios Finais Crédito Privado												
14.091.645/0001-91	BB PREVIDENCIÁRIO RF CRÉDITO PRIVADO IPCA III FI	3.184.294,87	3.268.414,15	2,64%	0,795%	0,000%	5,00%	8,00%	1,00%	10,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
08.817.414/0001-10	FI ref Índice de RV divulgado pela B3 - Comp por no mín 50 ações	26.849.364,57	28.756.699,25	7,10%	7,00%	0,000%	30,00%	0,00%	8,00%	10,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
	ITAÚ FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC FI	26.849.364,57	28.756.699,25	7,10%	6,996%	0,000%	30,00%	0,00%	8,00%	10,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso I, Alínea A
Fundos de Investimentos em Ações												
11.392.165/0001-72	QUEST SMALL CAPS FIC AÇÕES	11.534.407,73	11.760.631,49	1,98%	2,861%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
07.279.657/0001-89	QUEST AÇÕES FIC FIA	8.110.807,59	8.710.259,90	7,39%	2,119%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
11.977.794/0001-64	BIG PACTUAL ABSOLUTO INST FIC FIA	27.854.825,12	29.562.100,89	6,13%	7,192%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
09.290.813/0001-38	BIG PACTUAL DIVIDENDOS FIC FIA	4.910.368,25	5.226.568,66	6,45%	1,272%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
09.087.523/0001-91	WESTERN ASSET VALUATION FIA	5.933.906,08	6.317.836,53	6,47%	1,537%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
11.108.013/0001-03	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.244.481,23	5.598.372,72	6,75%	1,862%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
15.154.441/0001-35	CAIXA VALORES DIVIDENDOS RPPS FIC DE FIC EM AÇÕES	2.218.167,66	2.327.407,07	4,92%	0,566%	0,000%	20,00%	0,00%	18,00%	20,00%	1,00%	Artigo 8, Inciso B, Alínea A
Fundo de Investimento em Participações												
16.437.148/0001-28	FIC FI EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY II	14.033.220,07	14.025.497,64	-0,06%	3,412%	0,000%	5,00%	0,00%	4,00%	5,00%	0,50%	Artigo 8, Inciso IV, Alínea B
27.782.774/0001-78	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATÉGIA	402.950,69	361.671,71	-10,14%	0,088%	0,000%	5,00%	0,00%	4,00%	5,00%	0,50%	Artigo 8, Inciso IV, Alínea B

Alexandre Hoje Herrero



Relatório Semanal de Investimentos

29/08/2018

CNPJ	Fundo	Semana Anterior		Posição		Variação Semanal	% PL	Limite %	Saldo Deq/17	Evolução PL		Engajamento
		17/08/2018	27/08/2018	27/08/2018	27/08/2018					PL 3922/10	PL 4604/17	
	TOTAL PATRIMÔNIO	411.962.108,49	411.610.706,01	-0,09%	100,0%				R\$ 385.467.812,33	22,79%		
	(*) CONTA TRANSITÓRIA				0,000%				R\$ 26.142.833,68	6,78%		
	Fundos Públicos Federais	132.980.601,70	132.091.028,90	-0,67%	32,09%							
CP 0184	CARTEIRA PRÓPRIA (NTNs)	132.980.601,70	132.091.028,90	-0,67%	32,09%							Artigo 7, Inciso I, Alínea A
	Fundos 100% Títulos Públicos	72.758.124,05	72.455.762,34	-0,42%	17,60%							
22.791.074/0001-26	CAIXA BRASIL 2024 VI TP RF	16.632.772,00	16.529.669,00	-0,62%	4,016%							
19.769.046.0001-06	CAIXA BRASIL 2030 II TP	13.263.925,20	13.187.730,80	-0,57%	3,204%							
19.523.305/0001-06	BB PREV RF TP VII FI	15.037.108,81	15.006.834,19	-0,20%	3,646%							
25.078.994/0001-90	BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA FC FI	5.100.592,98	5.086.145,94	-0,28%	1,236%							
15.486.093/0001-83	BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI	14.337.289,08	14.281.353,14	-0,39%	3,470%							
19.303.795/0001-35	BB PREV TP PCA III	8.986.435,98	8.964.029,27	-0,27%	2,032%							
	Fundos Referenciados Renda Fixa	94.178.177,38	94.288.787,97	0,12%	22,91%							
02.224.354/0001-45	SANTANDER FI INSTITUCIONAL RF REF DI	60.005.066,70	60.103.560,20	0,16%	14,602%							
21.838.150/0001-49	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FC DE FI	2.476.730,38	2.477.641,34	0,04%	0,602%							
25.306.703/0001-73	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA (II) RF FC DE FI	31.696.380,30	31.707.586,43	0,04%	7,703%							
	FI Renda Fixa Crédito Privado	3.271.907,55	3.265.310,23	-0,20%	0,793%							
14.091.645/0001-91	BB PREVIDENCIÁRIO RF CREDITO PRIVADO IPCA III FI	3.271.907,55	3.265.310,23	-0,20%	0,793%							
	FI ref Índice de RV divulgado pela B3 - Comp por no min 50 ações	27.607.524,12	27.971.385,19	1,32%	6,796%							
08.817.414/0001-10	ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVSPA ATIVO FC FI	27.607.524,12	27.971.385,19	1,32%	6,796%							
	Fundos de Investimentos em Ações	66.778.604,34	67.151.262,03	0,56%	16,31%							
11.392.165/0001-72	QUEST SMALL CAPS FC AÇÕES	11.235.643,29	11.284.626,95	0,44%	2,742%							
07.275.657/0001-89	QUEST AÇÕES FC FIA	8.284.970,19	8.443.538,97	1,91%	2,051%							
11.977.794/0001-64	BTG PACTUAL ABSOLUTO INST FC FIA	28.550.920,26	28.664.977,22	0,40%	6,964%							
09.290.813/0001-38	BTG PACTUAL DIVIDENDOS FC FIA	5.039.401,80	5.064.640,56	0,50%	1,230%							
09.087.523/0001-91	WESTERN ASSET VALUATION FIA	6.050.676,90	6.138.011,80	1,44%	1,491%							
11.108.013/0001-03	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	5.321.181,32	5.285.200,44	-1,05%	1,279%							
15.154.441/0001-15	CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FC DE FI EM AÇÕES	2.295.810,58	2.290.266,09	-0,24%	0,556%							
	Fundo de Investimento em Participações	14.387.169,35	14.387.169,35	0,00%	3,50%							
16.437.148/0001-28	FC FI EM PARTICIPAÇÕES KINEA PRIVATE EQUITY II	14.025.497,64	14.025.497,64	0,00%	3,407%							
27.782.774/0001-78	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATÉGIA	361.671,71	361.671,71	0,00%	0,088%							

Alexandre Jorge Hartmann
Presidente - BERTPREV

[Handwritten signatures]



Comitê de Investimentos

Relatório de análise de mercado e investimentos

02/2018 - julho

Quando ao cenário externo, os E.U.A. anunciaram a intenção de aplicar novas tarifas sobre os produtos importados da China, aumentando a tensão comercial entre os dois países. A confirmação desta ação pode acarretar um aumento da inflação nos EUA e potencial perda de força da atividade global, em especial da economia chinesa. Os dados econômicos reforçam a robustez da economia americana, prévia do PIB no 2º trimestre demonstram sua elevação, aumento das vendas domésticas e do consumo das famílias e de bens, reflexo do aquecimento do mercado de trabalho naquele país. Neste cenário a perspectiva indica normalização gradual dos juros pelo FED (Banco Central dos EUA). Na Europa projeta-se juros estáveis até o final do ano, com um PIB com crescimento diminuto, 0,3% no segundo trimestre. Incertezas nos embates comerciais com EUA, imbróglho político na Itália e a ocorrência de greves impactaram a indústria e o consumo no primeiro semestre.

No cenário doméstico, em termos de inflação, o IPCA-15 de julho confirmou a expectativa de desaceleração em virtude da dissipação dos efeitos da greve. Enquanto junho teve alta de 1,26% no IPCA, julho apresentou 0,64%. À luz da evolução dos dados de atividade e inflação, e a formação de um desenho de candidatura pró-reforma melhor definida, o mercado de ativos no Brasil no mês de julho apresentou significativa melhora. O Ibovespa com substancial elevação de 8,88% - na variação mensal, chegando novamente a ultrapassar os oitenta mil pontos. Com isto, passou a acumular alta de 3,69% no ano e 20,18% em 12 meses. A melhora também se fez sentir na volatilidade menor da taxa de câmbio que se apreciou no período, o dólar caiu 2,62% no mês, cotado a R\$ 3,7549. Já o CDI, teve rentabilidade de 0,54% no mês. As curvas de juros fecharam fortemente este mês em todos os vértices.

RENDA VARIÁVEL: Acompanhando o IBOVESPA que fechou o mês em 8,88%, houve variação positiva de todos os fundos no segmento, destacando-se o fundo AZ QUEST AÇÕES FIC FIA com 7,39 %, ITAU FOF RPI AÇÕES IBOVESPA ATIVO FIC FI com 7,10%, e na categoria SmallCaps o fundo BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES com 6,75%. Performando menos que os demais a categoria Dividendos, BTG PACTUAL DIVIDENDOS FIC FIA com 6,45% e CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC DE FI EM AÇÕES, com 4,92%.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
ESTADO DE SÃO PAULO

RENDA FIXA: Com a redução da ETTJ em todos os vértices, os fundos de títulos públicos evoluíram positivamente no mês, já que marcados a mercado (exceção do fundo FI CAIXA BRASIL 2018 I TÍTULOS PÚBLICOS RF que é marcado na curva e com rentabilidade de 1,34%). Destaca-se o FUNDO DE INVESTIMENTOS CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PUBLICOS RF, com 2,59% e BB PREVIDENCIÁRIO RF TP IPCA III com 5,90%, diante do CDI de 0,54%. Na categoria de alocação ativa destaca-se o BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FIC FI com 1,37%, já o ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIC DE FI Ie II, apresentaram rentabilidade de 0,57%.

Marco Aurélio de Thommazo

Clayton Faria Schmidt

Jean Mamede de Oliveira

Wilson Paschoal dos Santos

José Daniel Rodrigues



Cliente: BERTIOGA

Data Início: 30/12/2016

Data Extrato: 31/08/2018

Índice de comparação: IPCA + 6%

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos											
Gestor	Administrador	Ativos	Vol*	VAR	Mês	% Índice	Ano	Valor(R\$) (31/08/2018)	% Carteira	PL do Fundo	% no PL do Fundo
Renda Fixa											
Artigo 7º I, Alínea a - Títulos do Tesouro Nacional											
	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535	0,00%	0,00	0,04%	0,49%	2,70%	87.324.015,59	21,43%	-	-
	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150824	0,00%	0,00	-0,61%	-0,16%	3,76%	8.598.684,26	2,11%	-	-
	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150850	0,00%	0,00	-1,02%	-0,93%	0,94%	8.921.516,17	2,19%	-	-
	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545	0,00%	0,00	-0,72%	-0,63%	1,59%	6.995.602,79	1,72%	-	-
	TESOURO NACIONAL	NTN-B 150523	0,00%	0,00	-0,38%	0,06%	3,72%	19.036.448,33	4,67%	-	-
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea a - Títulos do Tesouro Nacional										32,11%
Artigo 7º I, Alínea b - 4604 - Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado											
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TIT PUBL IPCA FI	4,65%	0,50	-0,40%	-0,84%	3,51%	14.215.374,45	3,49%	295.398.221,44	4,81%
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TITULOS PUBLICOS VII	1,84%	0,22	-0,05%	0,40%	4,58%	14.964.419,45	3,67%	629.013.509,37	2,38%
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FCFI	2,63%	0,30	-0,39%	-0,15%	1,42%	5.071.203,21	1,24%	3.270.782.760,92	0,16%
CEF	CEF	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2030 II TP RF..	6,84%	0,70	0,05%	0,50%	2,72%	13.084.534,40	3,21%	52.357.003,88	34,99%
CEF	CEF	CAIXA FI BRASIL 2024 VI TP RF..	6,41%	0,66	-0,63%	-0,18%	3,60%	16.433.287,00	4,03%	178.443.589,90	9,21%
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF TITULOS PUBLICOS IPCA III FI	4,67%	0,54	-0,27%	-0,80%	11,30%	8.330.975,11	2,04%	789.016.847,73	1,06%
	Sub-total Artigo 7º I, Alínea b - 4604 - Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado										17,69%
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604 - Fundos de Renda Fixa											
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI	0,05%	0,03	0,55%	97,48%	1,48%	59.184.060,09	14,52%	4.825.752.877,70	1,23%
ITAU	ITAU	ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	1,54%	0,19	0,37%	0,46%	4,85%	2.478.640,52	0,61%	1.520.634.782,97	0,16%
ITAU	ITAU	ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI	1,54%	0,19	0,37%	0,46%	4,87%	31.720.462,28	7,78%	2.165.446.738,25	1,46%
	Sub-total Artigo 7º IV, Alínea a - 4604 - Fundos de Renda Fixa										22,91%
Artigo 7º VII, Alínea b - 4604 - Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"											
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF CREDITO PRIVADO IPCA III FI	2,96%	0,34	-0,36%	-0,81%	5,40%	3.256.492,20	0,80%	509.890.681,17	0,64%
	Sub-total Artigo 7º VII, Alínea b - 4604 - Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"										0,80%
	Sub-total Renda Fixa										73,51%

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Posição de Ativos												
Gestor	Administrador	Ativos	Vol*	VAR	Mês	% Índice	Ano	Valor(R\$) (31/08/2018)	% Carteira	PL do Fundo	% no PL do Fundo	
Renda Variável												
Artigo 8º I, Alínea a - 4604 - Fundos de Ações Referenciados												
ITAU	ITAU	ITAU FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	18,16%	1,91	-4,23%	-1,02%	-1,21%	27.540.372,31	6,76%	690.590.662,83	3,99%	
Sub-total Artigo 8º I, Alínea a - 4604 - Fundos de Ações Referenciados			1,91					27.540.372,31	6,76%			
Artigo 8º II, Alínea a - 4604 - Fundos de Ações												
AZ QUEST	BNY MELLON	AZ QUEST ACOES FC FIA	20,50%	2,19	-4,52%	-1,31%	7,36%	8.316.513,19	2,04%	515.277.474,82	1,61%	
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DIVIDENDOS FI DE AÇÕES	15,74%	1,61	-4,85%	-1,64%	-10,33%	4.973.630,29	1,22%	58.573.487,49	8,49%	
BNP PARIBAS	BNP PARIBAS	BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES	17,20%	1,75	-8,33%	-5,12%	-13,59%	5.132.158,05	1,26%	89.587.372,52	5,73%	
AZ QUEST	BNY MELLON	AZ QUEST SMALL MID CAPS FC FI DE ACOES	18,21%	1,92	-4,67%	-1,46%	0,71%	11.211.651,69	2,75%	580.486.356,58	1,93%	
WESTERN	WESTERN	WA ASSET VALUATION FIA	19,67%	2,04	-5,14%	-1,93%	-3,99%	5.992.928,96	1,47%	136.487.759,40	4,39%	
BTG PACTUAL	BTG PACTUAL	BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FI DE AÇÕES	17,15%	1,80	-4,65%	-1,44%	-1,55%	28.188.624,10	6,92%	562.645.481,14	5,01%	
VINCI	CEF	FIC DE FIM AÇÕES CAIXA VALAOR DIVIDENDOS RPPS	16,84%	1,74	-2,66%	1,04%	-6,44%	2.265.543,19	0,56%	390.818.623,10	0,58%	
Sub-total Artigo 8º II, Alínea a - 4604 - Fundos de Ações			1,87					66.081.049,47	16,21%			
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604 - Fundos de Participações												
KINEA	KINEA	FICFIP KINEA PRIVATE EQUITY II...	0,00%	0,00	-0,09%	-15,78%	4,37%	14.012.947,21	3,44%	1,78	787.093.938,98%	
KINEA	LIONS TRUST	KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATEGIA	0,00%	0,00	-10,19%	-10,63%	-42,13%	324.829,84	0,08%	5.181.035,96	6,27%	
Sub-total Artigo 8º IV, Alínea a - 4604 - Fundos de Participações			0,00					14.337.777,05	3,52%			
Sub-total Renda Variável			1,63					107.959.198,83	26,49%			
Total								407.574.914,68	100%			

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Enquadramento da Carteira						
Artigo	Classe	Valor (R\$)	% Carteira	Política Investimento	Limite Res. 3.922/10	
Renda Fixa						
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	130.876.267,14	32,11%	36,00%	100,00%	
Artigo 7º I, Alínea b - 4604	Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	72.099.793,62	17,69%	18,00%	100,00%	
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604	Fundos de Renda Fixa	93.383.162,89	22,91%	15,00%	40,00%	
Artigo 7º VIII, Alínea b - 4604	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"	3.256.492,20	0,80%	1,00%	5,00%	
	Total Renda Fixa	299.615.715,85	73,51%			
Renda Variável						
Artigo 8º I, Alínea a - 4604	Fundos de Ações Referenciados	27.540.372,31	6,76%	8,00%	30,00%	
Artigo 8º III, Alínea a - 4604	Fundos de Ações	66.081.049,47	16,21%	18,00%	20,00%	
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604	Fundos de Participações	14.337.777,05	3,52%	4,00%	5,00%	
	Total Renda Variável	107.959.198,83	26,49%			

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Estratégia	Rentabilidades por Artigo em Períodos Fechados (%)			
	No Mês	No Ano	12 meses	24 meses
Artigo 7º I, Alínea a % do CDI	-0,18 -31,1	2,74 63,3	3,41 49,8	-
Artigo 7º I, Alínea b - 4604 % do CDI	-0,33 -58,3	4,15 95,9	5,48 80,1	-
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604 % do CDI	0,49 85,7	4,65 107,5	-	-
Artigo 7º VII, Alínea b - 4604 % do CDI	-0,36 -64,3	5,40 124,9	-	-
Artigo 8º I, Alínea a - 4604 Var. IBOVESPA p.p	-4,23 -1,0	-1,21 -1,6	-	-
Artigo 8º II, Alínea a - 4604 Var. IBOVESPA p.p	-4,92 -1,7	-2,32 -2,7	-	-
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604 Var. IBOVESPA p.p	-0,34 2,9	2,223,81 2,223,5	2,246,05 2,237,8	-

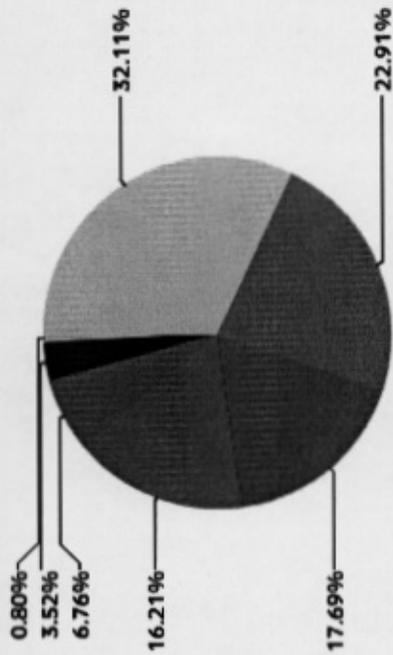
Estratégia	Ganhos Financeiros	
	No Mês (R\$)	No Mês (R\$)
Artigo 7º I, Alínea a	-223.661,55	-223.661,55
Artigo 7º I, Alínea b - 4604	-141.695,02	-141.695,02
Artigo 7º IV, Alínea a - 4604	396.212,80	396.212,80
Artigo 7º VII, Alínea b - 4604	-11.921,95	-11.921,95
Artigo 8º I, Alínea a - 4604	-1.216.326,93	-1.216.326,93
Artigo 8º II, Alínea a - 4604	-3.422.529,79	-3.422.529,79
Artigo 8º IV, Alínea a - 4604	-49.392,32	-49.392,32
Total		-4.669.314,75

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Período	Análise da Disponibilidade Financeira			Valor Acum. Bruto (R\$)	(%) Acum.
	Valor (R\$)	(%)	Valor Acum. Bruto (R\$)		
de 0 a 30 dias	247.518.853,64	61	247.518.853,64	61	
acima de 365 dias	160.056.061,04	39	407.574.914,68	100	

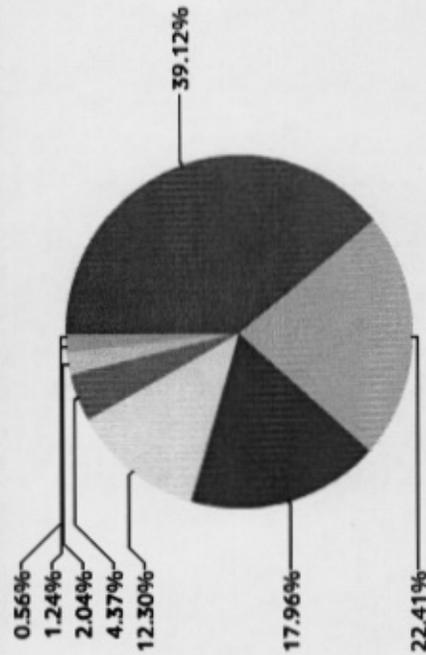
EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Estratégia



- Artigo 7º I, Alínea a (32,11%)
- Artigo 7º IV, Alínea a - 4604 (22,91%)
- Artigo 7º I, Alínea b - 4604 (17,69%)
- Artigo 8º II, Alínea a - 4604 (16,21%)
- Artigo 8º I, Alínea a - 4604 (6,76%)
- Artigo 8º IV, Alínea a - 4604 (3,52%)
- Artigo 7º VII, Alínea b - 4604 (0,80%)

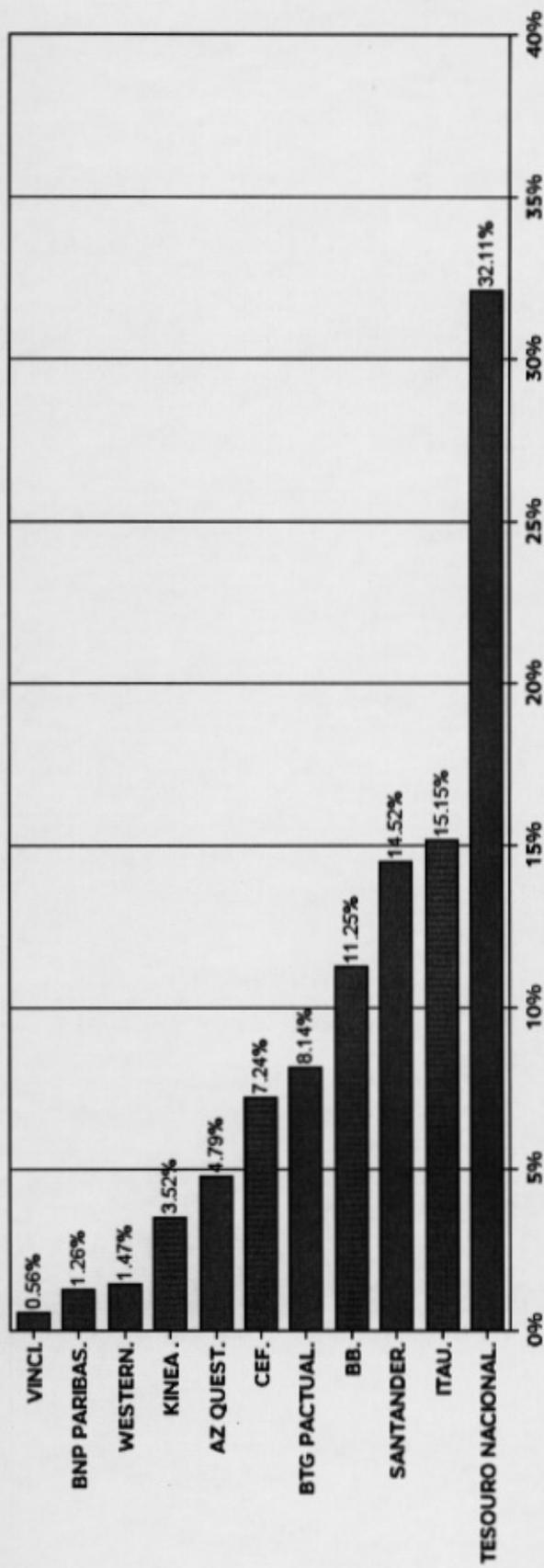
Indexadores



- IMA-B TOTAL (39,12%)
- IBOVESPA (22,41%)
- CDI (17,96%)
- IPCA (12,30%)
- IPCA + 6% (4,37%)
- INPC + 6% (2,04%)
- IMA-GERAL ex-C TOTAL (1,24%)
- Índice Dividendos - IDIV (0,56%)

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Alocação por Gestor

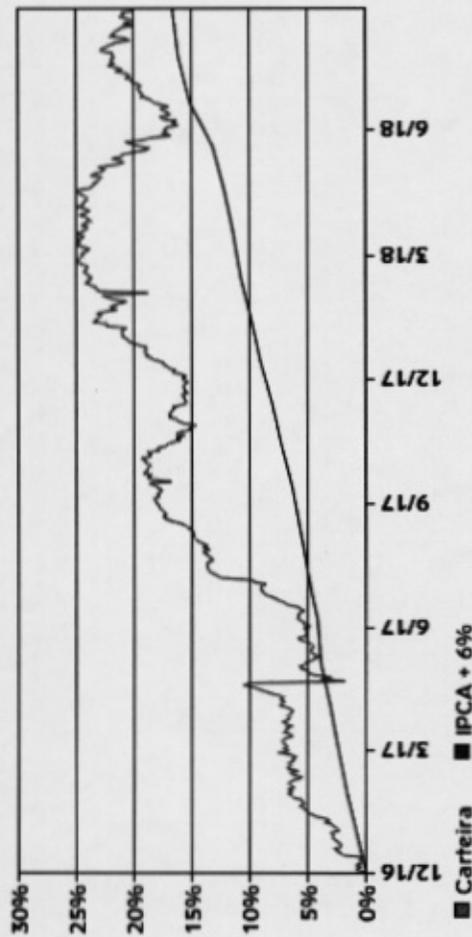


EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

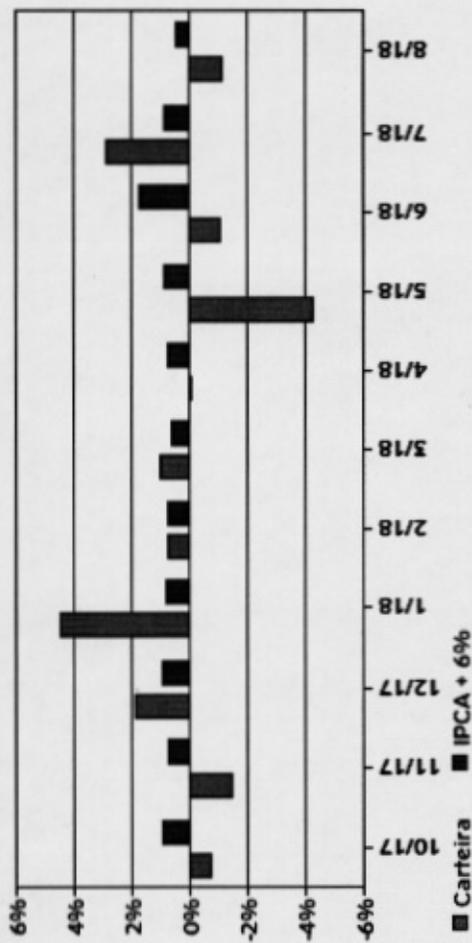
Rentabilidades da Carteira

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2017	2,46	3,79	0,60	-0,18	-1,48	0,41	6,44	2,39	2,45	-0,71	-1,44	1,85	17,56
IPCA + 6%	0,89	0,75	0,78	0,56	0,82	0,26	0,73	0,72	0,62	0,91	0,74	0,91	9,05
p.p. Índx	1,57	3,04	-0,19	-0,74	-2,50	0,16	5,71	1,67	1,83	-1,62	-2,18	0,95	8,52
2018	4,47	0,74	0,98	-0,04	-4,30	-1,08	2,86	-1,15	-	-	-	-	2,25
IPCA + 6%	0,80	0,74	0,58	0,71	0,89	1,75	0,84	0,44	-	-	-	-	6,95
p.p. Índx	3,67	-0,00	0,40	-0,75	-5,19	-2,83	2,02	-1,60	-	-	-	-	-4,70

Evolução da Rentabilidade



Rentabilidades Mensais - 12 últimos meses



EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco / Retorno da Carteira

	Qtd.	Perct.	
Meses acima do Benchmark	10	50,0%	
Meses abaixo do Benchmark	10	50,0%	
	Reatab.	Mês	
Maior rentabilidade da Carteira	6,44%	jul/17	
Menor rentabilidade da Carteira	-4,30%	mar/18	

Período	Rentabilidade (%)			Volat. Anual
	Carteira	IPCA + 6%	p.p. Índx.	
03 meses	0,58	3,06	-2,5	0,000
06 meses	-2,84	5,32	-8,2	0,000
12 meses	4,41	10,39	-6,0	0,000
24 meses	-	-	-	-
36 meses	-	-	-	-
Desde o início	20,21	16,63	3,6	0,000

Análise dos Fundos & Ativos da Carteira

Rentabilidades em Períodos Fechados (%)

Fundo / Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
NTN-B 150523 % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,38 0,06	3,72 0,68	2,10 0,57	0,90 1,80	5,62 1,05	22,00 1,24	51,08 -0,49
NTN-B 150535 % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,04 0,49	2,70 -0,33	1,92 0,39	-2,49 -1,59	3,12 -1,45	20,68 -0,08	60,36 8,79
NTN-B 150545 % do Var. IPCA p.p.	-0,72 -0,63	1,59 -1,26	1,44 -0,06	-4,67 -6,89	2,25 -1,94	19,99 13,24	60,94 44,60
NTN-B 150824 % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,61 -0,16	3,76 0,72	1,63 0,10	0,17 1,07	4,95 0,38	21,44 0,68	52,38 0,82
NTN-B 150850 % do Var. IPCA p.p.	-1,02 -0,93	0,94 -1,91	1,08 -0,42	-5,74 -7,96	1,20 -2,99	18,69 11,94	61,95 45,62
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA TÍTULOS PÚBLICOS VII % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,05 0,40	4,58 1,55	1,55 0,02	2,90 3,80	7,05 2,49	21,51 0,75	43,04 -8,53
BB PREVIDENCIÁRIO RF ALOCAÇÃO ATIVA FCFI % do Var. IMA-GERAL ex-C TOTAL p.p.	-0,39 -0,15	3,55 0,08	1,17 -0,09	1,03 -0,00	5,73 -0,17	21,15 -1,08	-
BB PREVIDENCIÁRIO RF TIT PUBL IPCA FI % do Var. IPCA + 6% p.p.	-0,40 -0,84	3,51 -3,44	1,97 -1,10	0,73 -4,59	5,34 -5,06	21,45 1,59	50,09 11,63

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise dos Fundos & Ativos da Carteira

Rentabilidades em Períodos Fechados (%)

Fundo / Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
BB PREVIDENCIÁRIO RF TÍTULOS PÚBLICOS IPCA III FI % do Var. INPC + 6% p.p.	-0,27 -0,80	11,30 4,37	7,08 3,83	9,39 3,89	14,61 4,80	25,29 6,90	45,21 7,65
CAIXA FI BRASIL 2024 VI TP RF.. % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	-0,63 -0,18	3,60 0,56	1,57 0,04	0,06 0,96	4,71 0,14	20,89 0,13	42,77 -8,80
FI CAIXA BRASIL 2018 I TÍTULOS PÚBLICOS RF.. % do Var. IPCA + 6% p.p.	0,46 0,23	7,20 0,48	-	-	-	-	-
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL 2030 III TP RF.. % do Var. IMA-B TOTAL p.p.	0,05 0,50	2,72 -0,31	1,64 0,11	-1,96 -1,06	3,82 -0,75	18,82 -1,94	46,70 -4,87
ITAU INST ALOCAÇÃO DINÂMICA II RF FICFI % do Var. IPCA p.p.	0,37 0,46	4,87 2,02	1,54 0,03	2,56 0,54	7,48 3,28	-	-
ITAU INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI % do Var. IPCA p.p.	0,37 0,46	4,85 2,00	1,54 0,04	2,56 0,33	7,46 3,27	23,99 17,24	49,00 32,66
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL REFERENCIADO DI % do % do CDI	0,55 97,48	4,25 98,22	1,60 98,12	3,17 98,05	6,76 98,85	19,96 101,13	37,11 101,22
BB PREVIDENCIÁRIO RF CREDITO PRIVADO IPCA III FI % do Var. IPCA + 6% p.p.	-0,36 -0,81	5,40 -1,55	2,39 -0,67	3,38 -1,94	8,45 -1,94	26,33 6,46	52,68 14,22
ITAU FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES % do Var. IBOVESPA p.p.	-4,23 -1,02	-1,21 -1,57	-2,13 -2,03	-11,00 -0,84	4,88 -5,37	26,31 -6,12	55,72 -8,74
BNP PARIBAS SMALL CAPS FI AÇÕES % do Var. IBOVESPA p.p.	-8,33 -5,12	-13,59 -13,95	-7,54 -7,44	-15,65 -5,48	-8,51 -16,76	26,18 -6,25	74,57 10,12
AZ QUEST AÇÕES FC FIA % do Var. IBOVESPA p.p.	-4,52 -1,31	7,36 7,00	-1,93 -1,83	-7,48 2,68	15,37 7,12	36,02 3,59	60,01 -4,44
AZ QUEST SMALL MID CAPS FC FI DE AÇÕES % do Var. IBOVESPA p.p.	-4,67 -1,46	0,71 0,35	-5,32 -5,23	-9,14 1,03	7,63 -0,62	43,19 10,76	73,75 9,30
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FI DE AÇÕES % do Var. IBOVESPA p.p.	-4,65 -1,44	-1,55 -1,91	-0,73 -0,63	-8,88 1,28	3,73 -4,52	20,23 -12,19	40,29 -24,17
BTG PACTUAL INSTITUCIONAL DIVIDENDOS FI DE AÇÕES % do Var. IBOVESPA p.p.	-4,85 -1,64	-10,33 -10,69	-3,44 -3,35	-14,85 -4,69	-5,66 -13,91	4,22 -28,21	24,51 -39,95
FIC DE FI EM AÇÕES CAIXA VALAOR DIVIDENDOS RPPS .. % do Var. Índice Dividendos - IDIV p.p.	-2,66 1,04	-6,44 -2,65	-3,31 -2,14	-13,52 -1,62	-1,07 -1,36	11,49 -22,36	32,82 -39,00

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise dos Fundos & Ativos da Carteira

Rentabilidades em Períodos Fechados (%)

Fundo / Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses
WA ASSET VALUATION FIA % do Var. IBOVESPA p.p.	-5,14 -1,93	-3,99 -4,35	-3,12 -3,02	-10,50 -0,34	-0,67 -8,91	17,64 -14,79	61,74 -2,71
FICFIP KINEA PRIVATE EQUITY II. % do % do CDI	-0,09 -15,78	4,32 99,86	-0,31 -18,91	-0,53 -16,85	5,32 77,67	114,72 581,30	95,88 261,55
KINEA PRIVATE EQUITY IV FEEDER INSTITUCIONAL I FIP MULTISTRATEGIA % do Var. IPCA + 6% p.p.	-10,19 -10,63	-42,13 -46,29	-42,21 -45,27	-	-	-	-
CDI	0,57	4,32	1,64	3,24	6,84	19,74	36,66
IBOVESPA	-3,21	0,36	-0,10	-10,16	8,25	32,43	64,46
DOLAR COMERCIAL	10,13	25,01	10,66	27,44	51,40	27,62	13,40
INPC + 6%	0,53	6,92	3,25	5,51	9,81	18,39	37,57
IPCA + 6%	0,44	6,95	3,06	5,32	10,39	19,86	38,46



"Nossa missão é cuidar do seu futuro"

RELATÓRIO MENSAL - OUVIDORIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

***Conforme art. 3, Inciso XI, Resolução C.A. Nº02/18 – BERTPREV.**

Bertioga, 19 de setembro de 2018.

Processo Administrativo nº 150/18 – BERTPREV.

Portaria de nomeação Ouvidoria/Acesso à Informação nº 41/18 – BERTPREV.

Ao Conselho Administrativo:

Dando continuidade aos trabalhos da Ouvidoria e de Acesso à Informação, iniciados em julho/2018, verifica-se que estão em andamento as solicitações por ele efetuadas ao setor de T.I para correções e implementações, tendo o mesmo já cumprido as solicitações dos itens 1 a 7 do requerimento outrora formulado, quais sejam:

1. Substituição de ouvidor ao acesso ao e-mail da ouvidoria;
2. Disponibilização no site do novo código de ética do BERTPREV e substituição da resolução C.A. 02/16 pela resolução C.A 04/08;
3. Acréscimo ao campo "Procedimento de credenciamento e aplicações financeiras" da resolução C.A 01/18;
4. A criação do campo "Política de Segurança da Informação",
5. Alteração do botão "Ouvidoria" para "Ouvidoria e Acesso à Informação".
6. Facilitar o acesso à nova resolução C.A 2/18 no campo "ouvidoria e acesso a informação", acrescentando-se o decreto municipal 2917/2018 PMB no qual está vinculado a resolução
7. Alterar o texto da Ouvidoria no site, e inserir ou possibilitar alteração das informações relativas ao solicitante (Nome do requerente, Número de documento de identidade válido, especificação da informação, endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Em continuidade, as demais melhorias propostas permanecem em trâmite, sem conclusão até o momento.



Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga
Estado de São Paulo

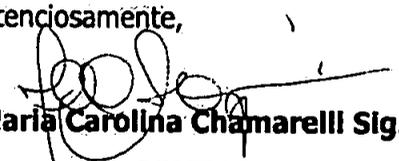
UX

"Nossa missão é cuidar do seu futuro"

Por fim, informo que os trabalhos foram executados com parâmetro na resolução C.A. Nº 02/18 – BERTPREV e que no período não houve a formalização física ou eletrônica de qualquer reclamação, elogio, crítica, denúncia ou solicitação de informação.

Segue para ciência e demais deliberações.

Atenciosamente,


Maria Carolina Chamarelli Signorini

Procuradora BERTPREV - REG 025



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Processo: TC-2374.989.17-6

Interessado: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bertioga - BERTPREV

Município: Bertioga

Matéria em exame: Balanço geral

Exercício: 2017

Dirigente: Alexandre Hope Herrera
CPF n° 294.796.808-58
Período: 01.01.2017 a 17.12.2017

Dirigente: José Ferreira Melo Filho
CPF n° 732.211.048-04
Período: 18.12.2017 a 31.12.2017

Membro 1: Roberto Cassiano Guedes
CPF n° 248.409.938-07
Período: 01.01.2017 a 23.07.2017

Membro 2: Marco Aurélio de Thommazo
CPF n° 999.754.088-34
Período: 01.01.2017 a 31.12.2017

Membro 3: José Ferreira Melo Filho
CPF n° 732.211.048-04
Período: 01.01.2017 a 23.07.2017

Membro 4: Wilson Paschoal dos Santos
CPF n° 130.566.168-08
Período: 01.01.2017 a 31.12.2017

Membro 5: José Daniel Rodrigues
CPF n° 108.481.588-57
Período: 01.01.2017 a 31.12.2017

Membro 6: Jean Mamede de Oliveira
CPF n° 001.438.931-22
Período: 24.07.2017 a 31.12.2017

Membro 7: Clayton Faria Schmidt
CPF n° 133.939.428-67
Período: 24.07.2017 a 31.12.2017



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Auditor: Dr. Valdenir Antonio Polizeli

Instrução por: UR-20 / DSF-I

Senhora Chefe Técnica da Fiscalização,

Tratam os autos das contas relativas ao Balanço Geral do Regime de Previdência do Município de Bertioga, apresentadas em face do inciso III do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

O resultado da fiscalização *in loco* apresenta-se em itens próprios deste relatório, consoante planejamento no qual se definiram, segundo o método da amostragem, os exames na extensão apropriada.

Esse planejamento contemplou elementos para a racionalização dos trabalhos de campo. Para tal, baseou-se nas seguintes fontes:

1. Prestação de contas do exercício em exame;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema AUDESP;
3. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização, nisso também verificadas ressalvas e recomendações;
4. Análise das informações constantes do banco de dados à disposição da fiscalização, assim como daquelas obtidas por intermédio do SIAP, PFIS, endereços eletrônicos, entre outros.

Em atendimento ao TC-A-30.973/026/00, registramos as notificações dos Srs. Alexandre Hope Herrera e José Ferreira Melo Filho, responsáveis pelas contas em exame (Arquivos "01-191 2018" e "02-192 2018").

DA ORIGEM E CONSTITUIÇÃO

O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Bertioga - BERTPREV - é uma autarquia municipal, unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Bertioga, constituída em 23 de março de 1998 pelo Decreto Municipal nº 343/98, nos termos da Lei Municipal nº 187/96, alterada pelas Leis Municipais nº 239/97, nº 295/98 e nº 384/99.

Posteriormente, o Regime Próprio de Previdência Social foi reorganizado por meio das Leis Complementares Municipais nº 12/02, nº 26/03, nº 29/03, nº 38/04, nº 42/05, nº 53/06, nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



58/07, nº 61/09, nº 70/10, nº 81/11 e nº 88/12, sendo então, todas revogadas pela Lei Complementar Municipal nº 95/13, que reorganizou o RPPS local.

Esta Lei sofreu alteração por meio das Leis Complementares Municipais nº 101/14 e nº 119/15 (Arquivos "03-Alteração Legislação" e "04-LC 95 13 e alterações").

DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO

No Arquivo "05-Relatório de Atividades", acostamos o relatório das atividades desenvolvidas, as quais, confirmadas pela fiscalização *in loco*, coadunam-se com os objetivos legais da Entidade.

PERSPECTIVA A - CUPULA DIRETIVA DA ENTIDADE

A.1 - REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E CONSELHOS

Preliminarmente informamos que, segundo a legislação local, Lei Complementar Municipal nº 95/13 (Arquivo "04-LC 95 13 e alterações", página 43), nos termos do artigo 110, o Presidente do Regime de Previdência é nomeado pelo Prefeito Municipal, devendo ser servidor efetivo e estável, graduado em curso superior e sem nenhuma condenação judicial por crime contra a administração pública, improbidade administrativa ou fraude contra licitações.

Conforme o § 3º do artigo 110 da Lei Complementar Municipal nº 95/13, o padrão de vencimento do cargo de Presidente é equivalente ao cargo de Diretor de Departamento do Poder Executivo Central, reajustado nos moldes da revisão anual concedida aos servidores do Poder Executivo, nas mesmas datas e índices, com todas as vantagens instituídas pela legislação municipal.

De acordo com o artigo 93 da referida Lei, compõem a estrutura básica da Entidade: Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, Presidência, Comitê de Investimentos, Coordenação Jurídico-Previdenciária e Coordenação Administrativo-Financeira.

Os membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal, bem como os respectivos suplentes, não recebem qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função de Conselheiro, considerada como serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de despesas quando comprovadamente estiverem a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



serviço do BERTPREV, nos termos do § 1º do artigo 93 da Lei Complementar Municipal nº 95/13.

Por sua vez, os membros do Comitê de Investimentos têm sua remuneração mensal fixada pelo artigo 115 da Lei Complementar Municipal nº 95/13, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 101/14, equivalente a 40% do vencimento padrão no nível salarial 10-A do Poder Executivo Central e suportada pelos cofres do BERTPREV. Em nossos cálculos não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

Verificamos a elaboração da declaração de bens dos dirigentes, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92 (Arquivo "06-Declaração de Bens").

A.2 - ÓRGÃOS DIRETIVOS

De acordo com o artigo 93 da Lei Complementar Municipal nº 95/13, são órgãos da Entidade:

- Conselho Administrativo;
- Conselho Fiscal;
- Presidência;
- Comitê de Investimentos;
- Coordenação Jurídico-Previdenciária;
- Coordenação Administrativo-Financeira.

A.2.1 - CONSELHO FISCAL

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas, conforme documento acostado no Arquivo "07-Ata Aprovação Conjunta".

O Órgão apresentou, conforme documento acostado no Arquivo "08-Composição Conselhos", os nomes e demais qualificações dos membros do Conselho Fiscal:

CPF	NOME	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
080.507.308-67	NORBERTO MIGUEL	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ELEITO
160.476.558-58	VANESSA PRADO SIGNORINI	SUPERIOR - PEDAGOGIA	ELEITA
052.238.348-36	RITA DE CÁSSIA FERREIRA FURLAN	SUPERIOR - DESENHO INDUSTRIAL	ELEITA
162.397.698-78	JEAN CARLO MUNIZ	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ELEITO
001.438.931-22	JEAN MAMEDE DE OLIVEIRA	SUPERIOR - SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	ELEITO ¹
048.091.688-83	KÁTIA HIDALGO DAIA	SUPERIOR - TURISMO	NOMEADA
121.394.148-29	ROGERIO ARAÚJO DOS SANTOS	SUPERIOR - ENGENHARIA	NOMEADO
088.729.478-20	NEUSA SUTÉRIO DOS SANTOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NOMEADA ²
012.558.918-23	ROSELI AP. CASEMIRO RAMOS	SUPERIOR - TEOLOGIA	NOMEADA ²
307.923.488-00	MARCELA DE CAMARGO ALEAGI	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NOMEADA ³
069.989.798-00	ALICE KARINA RIBEIRO DOS	SUPERIOR - EDUC. FÍSICA	NOMEADA ⁴



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



SANTOS			
420.026.388-29	VALBER SILVA DO NASCIMENTO	SUPERIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	NOMEADO ⁴
391.896.468-00	VICTOR MENDES NETO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NOMEADO ⁴

1. Retirou-se do Conselho Fiscal em 24/07/2017 para integrar o Comitê de Investimentos;
2. Suplentes;
3. Nomeada para substituir o Sr. Jean Mamede de Oliveira como titular, em 28/07/2017;
4. Suplentes indicados em 30/06/2017.

Os membros titulares do Conselho Fiscal, junto com seus respectivos suplentes, de acordo com a legislação local¹, são eleitos por seus pares, segundo os seguintes critérios:

- 1- 04 (quatro) representantes do Poder Executivo;
- 2- 01 (um) representante do Poder Legislativo;
- 3- 01 (um) representante do BERTPREV;
- 4- 01 (um) representante da totalidade dos segurados inativos.

Analisando a documentação apresentada constatamos, a princípio, que os membros do Conselho possuem, experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão.

A.2.2 - APRECIÇÃO DAS CONTAS POR PARTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas, conforme documento acostado no Arquivo "07-Ata Aprovação Conjunta".

As aplicações não contam com a aprovação prévia do Conselho de Administração, mas o colegiado referenda em suas Reuniões Ordinárias os investimentos realizados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, verificando sua compatibilidade com as disposições legais vigentes.

O Órgão apresentou, conforme documento acostado no Arquivo "08-Composição Conselhos", os nomes e demais qualificações dos membros do Conselho Administrativo:

CPF	NOME	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
294.796.808-58	ALEXANDRE HOPE HERRERA	SUPERIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	MEMBRO NATO ¹
100.485.308-40	RONALDO MENDES	SUPERIOR - ENGENHEIRO CIVIL; PÓS-GRADUAÇÃO EM ADM. PÚBLICA	ELEITO
133.939.428-67	CLAYTON FARIA SCHMIDT	SUPERIOR - TECNÓLOGO EM LOGÍSTICA	ELEITO ²
199.263.958-21	ADRIANA DOS SANTOS RODRIGUES	SUPERIOR - CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	ELEITA
037.375.518-04	NICHOLAJ PSCHETZ	SUPERIOR - CIÊNCIAS ECONÔMICAS	ELEITO
197.518.818-70	IVANILDES DOS SANTOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ELEITA
437.135.486-68	IVANI APARECIDA CORREIA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	ELEITA ³

¹ Artigo 105 da Lei Complementar Municipal nº 95/13.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



CPF	NOME	ESCOLARIDADE FORMAÇÃO/GRADUAÇÃO	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
306.997.688-37	PHELIPPE SANTOS BOM SUSSESSO	SUPERIOR - ADMINISTRAÇÃO	ELEITO
084.562.338-97	RENATO LOSADA MARTINS	SUPERIOR - ENGENHARIA MECÂNICA; PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	NOMEADO ⁴
147.749.838-96	ALEXANDRE TESSAROTTO DE SOUZA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	NOMEADO ⁵
039.225.828-50	JAIME FURTADO DE MELO JUNIOR	SUPERIOR - ADMINISTRAÇÃO	NOMEADA ⁵
091.311.458-84	MARCELO DOS SANTOS PEREIRA	SUPERIOR - DIREITO	ELEITO ⁵
126.270.788.95	MARISTELA REGINA TEODORO COSTA	TECNÓLOGA - GESTÃO FINANCEIRA; CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE	NOMEADA ⁶
130.521.918-02	PATRICIA RAMOS QUARESMA CORRÊA	TECNÓLOGA - GESTÃO FINANCEIRA; CURSO TÉCNICO EM CONTABILIDADE	NOMEADA ⁵
275.613.378-76	EVANILSON FISCHER MATOS SIQUEIRA	SUPERIOR - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO; PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS BANKING	NOMEADO ⁷

1. Presidente do BERTPREV;
2. Retirou-se do Conselho Fiscal em 24/07/2017 para integrar o Comitê de Investimentos;
3. Saiu em 18/05/2017;
4. Suplente, nomeado para substituir o Sr. Clayton Faria Schmidt como titular, a partir de 17/08/2017;
5. Suplentes;
6. Suplente, nomeada para substituir a Sra. Ivani Aparecida Correia, a partir de 14/06/2017;
7. Suplente, nomeado em 14/06/2017.

Os membros do Conselho Administrativo, segundo a legislação local, são nomeados segundo os seguintes critérios:

- 1- 01 (um) membro nato: o Presidente do BERTPREV;
- 2- 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, segurados do BERTPREV eleitos por seus pares, sendo:
 - a) 04 (quatro) representantes do Poder Executivo Central;
 - b) 01 (um) representante do Poder Legislativo;
 - c) 01 (um) representante do BERTPREV;
 - d) 01 (um) representante da totalidade dos segurados inativos.

Analisando a documentação apresentada constatamos, a princípio, que os membros do Conselho possuem, experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão.

A.2.3 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O órgão apresentou, conforme documento acostado no Arquivo "09-Composição Comitê Investimentos", os nomes e demais qualificações dos membros do Comitê de Investimentos:

PERÍODO DE 01/01 A 23/07/2017

CPF	NOME	CERTIFICAÇÃO (ART. 2º Port. MPS nº 519/11) OU ESCOLARIDADE	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
248.409.938-07	ROBERTO CASSIANO GUEDES	SUPERIOR - ENGENHARIA CIVIL; PÓS- GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E AUDITORIA FINANCEIRA	ELEITO
999.754.088-34	MARCO AURÉLIO DE	SUPERIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ELEITO


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
 UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20


CPF	NOME	CERTIFICAÇÃO (ART. 2º Port. MPS nº 519/11) OU ESCOLARIDADE	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
	THOMMAZO		
732.211.048-04	JOSÉ FERREIRA MELO FILHO	SUPERIOR - GESTÃO FINANCEIRA	ELEITO
130.566.168-08	WILSON PASCHOAL DOS SANTOS	LICENCIATURA - HISTÓRIA	ELEITO
108.481.588-57	JOSÉ DANIEL RODRIGUES	SUPERIOR - DIREITO	ELEITO

PERÍODO A PARTIR DE 24/07/2017

CPF	NOME	CERTIFICAÇÃO (ART. 2º Port. MPS 519/11) OU ESCOLARIDADE	ORIGEM ELEITO/NOMEADO
999.754.088-34	MARCO AURÉLIO DE THOMMAZO	SUPERIOR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ELEITO
130.566.168-08	WILSON PASCHOAL DOS SANTOS	LICENCIATURA - HISTÓRIA	ELEITO
108.481.588-57	JOSÉ DANIEL RODRIGUES	SUPERIOR - DIREITO	ELEITO
001.438.931-22	JEAN MAMEDE DE OLIVEIRA	SUPERIOR - CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	ELEITO
133.939.428-67	CLAYTON FARIA SCHMIDT	SUPERIOR - LOGÍSTICA	ELEITO

O Comitê de Investimentos, segundo a legislação local, é composto por 5 membros eleitos segundo os seguintes critérios:

- 1 - Votação em reunião conjunta dos Conselhos Administrativo e Fiscal;
- 2 - Ser servidor estável;
- 3 - Possuir certificação em mercado financeiro exigida pelo Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS ou outro órgão fiscalizador.

Analisando a documentação apresentada constatamos, a princípio, que os membros do Conselho possuem, experiência profissional e conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades que exercem na gestão de investimentos do órgão.

O Comitê de Investimentos previsto está devidamente implementado e está atendendo aos seguintes requisitos:

	SIM	NÃO	PREJ.
Certificação de que trata o artigo 2º da Portaria MPS nº 519 de 24/08/11, para a maioria dos seus membros (conforme alínea "e" do § 1º do artigo 3º-A da Portaria MPS nº 519 de 24/08/11 - incluída pela Portaria MPS nº 440 de 09/10/13)?	x		
Há previsão de composição e forma de representatividade?		x	
Seus membros mantêm vínculo com o ente federativo ou com o RPPS na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração?	x		
Há previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias?	x		
Há previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS?	x		
Há exigência de as deliberações e decisões serem	x		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



registradas em atas?			
----------------------	--	--	--

Arquivo "10-Certificação Comitê de Investimentos"

Na legislação que regulamenta o Comitê de Investimento, há a previsão de sua composição (Arquivo "04-LC 95 13 e alterações", página 68, artigo 114), mas não definição quanto à forma de representatividade, em desatendimento aos termos dispostos na alínea "e" do § 1º do artigo 3º da Portaria MPS nº 519/11, incluída pela Portaria MPS nº 440/13.

Os investimentos realizados no exercício em exame estão aderentes à política de investimentos traçada, com exceção do enquadramento das aplicações em Renda Variável - Fundos de Ações. Conforme consta no Relatório de Investimentos do RPPS (Arquivo "11-Relatório Dez"), estavam alocados em investimentos desta natureza (artigo 8º, inciso III, da Resolução nº 3.922/10, alterada pela Resolução nº 4.604/17), em dezembro de 2017, R\$ 62.877.436,89, correspondentes a 16,31% da carteira do RPPS, extrapolando, assim, o limite de 15% estabelecido na Política de Investimentos (Arquivo "12-Política de Investimentos", página 08).

O responsável pela gestão dos recursos do RPPS, Sr. Alexandre Hope Herrera, CPF nº 294.796.808-58, é habilitado para esse fim (Arquivo "13-CPA 10 Presidente").

De acordo com a legislação local (Lei Complementar Municipal nº 95/13 - Arquivo "14-Informação APR") as autorizações para as movimentações financeiras e aplicações de recursos (APR) são assinadas por:

Nome: Marco Aurélio de Thommazo
RG: 11.434.491-7
CPF: 999.754.088-34
Endereço Completo: Av. Anchieta 3240, apto 16 B, Maitinga Bertioga/SP
Cargo: Presidente do Comitê de Investimentos
Período de Atuação: 27/07/17 a 31/12/17

Nome: Alexandre Hope Herrera
RG: 28.796.113-8
CPF: 294.796.808-58
Endereço Completo: Rua Dr. Amador de Aguiar 48 Apto. 308 - Maitinga - Bertioga - SP
Cargo: Coordenador Administrativo-Financeiro
Período de Atuação: 01/01/17 a 31/12/17

Nome: Rejane Westin da Silveira Guimarães de Godoi
RG: 54.739.746-X



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



CPF: 030.219.036-81
Endereço: Rua Luiz Pereira de Campos 1.409 - Centro -
Bertioga - SP
Cargo: Coordenador Jurídico-Previdenciário
Período de Atuação: 01/01/17 a 31/12/17

Nome: Roberto Cassiano Guedes
RG: 19.565.804
CPF: 248.409.938-07
Endereço: Rua Miguel Seiad Bichir 1.381 - Maitinga - Bertioga
- SP
Cargo: Presidente do Comitê
Período de Atuação: 01/01/17 a 14/02/17

Nome: José Daniel Rodrigues
RG: 18.648.847-6
CPF: 108.481.588-57
Endereço: Rua José da Silva Rainho, 216 - Apto 33 - Jd. Las
Palmas Guarujá - SP
Cargo: Presidente do Comitê
Período de Atuação: 15/02/17 a 26/07/17

PERSPECTIVA B - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

B.1 - ANÁLISE DE BALANÇOS

Com base nas informações prestadas ao Sistema AUDESP, assim como nas obtidas por intermédio de ação fiscalizadora, verificou-se o que segue:

B.1.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstramos a seguir o comportamento da execução orçamentária do exercício em exame.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	60.190.000,00	47.657.329,23	-20,82%	103,96%
Receitas de Capital	-	-		0,00%
Deduções da Receita	-	-		
Outras Receitas	25.300.000,00	23.666.606,42	-6,46%	51,63%
Subtotal das Receitas	85.490.000,00	71.323.935,65		
Outros Ajustes		(25.481.808,01)		
Total das Receitas	85.490.000,00	45.842.127,64		100,00%
Déficit de arrecadação		39.647.872,36	-46,38%	86,49%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	21.121.400,00	19.410.072,81	-8,10%	97,83%
Despesas de Capital	240.000,00	206.748,11	-13,85%	1,04%
Reserva de Contingência	63.878.600,00	-		
Despesas Intraorçamentárias	250.000,00	223.510,47		
Subtotal das Despesas	85.490.000,00	19.840.331,39		
Outros Ajustes		-		
Total das Despesas	85.490.000,00	19.840.331,39		100,00%
Economia Orçamentária		65.649.668,61	-76,79%	330,89%
Resultado Ex. Orçamentária:	Superávit	26.001.796,25		56,72%

Arquivos "15-Demonstrativos AUDESP" e "16-Demonstrativos Origem"

Acerca do montante da receita corrente arrecadado, é importante esclarecer que no exercício anterior (eTC-1576.989.16-4) a fiscalização apontou que o registro orçamentário dessas receitas, conforme realizado, encontrava-se em desacordo com o inciso I do artigo 35 da Lei Federal nº 4.320/64, com as Instruções de Procedimentos Contábeis IPC 09 e com o Roteiro Contábil sobre o assunto, emitido pela Divisão AUDESP.

Isso porque, considerando as normativas mencionadas, os ganhos auferidos com a carteira de investimentos deveriam ser reconhecidos como variações patrimoniais aumentativas, e **não como receita orçamentária**, que seria contabilizada apenas quando da **efetiva alienação do ativo**, ou seja, quando efetivamente realizado o ganho. Da forma como era realizado o registro contábil, ocorria, indevidamente, uma majoração do resultado orçamentário do RPPS, e também da Receita Corrente Líquida do Município, ampliando os limites de despesas e endividamento do Ente, com base em receitas não realizadas financeiramente.

A partir de julho de 2017, em razão dos apontamentos referidos acima, **o RPPS adequou seus procedimentos contábeis**, passando a registrar, como receita orçamentária, apenas o resultado positivo apurado quando da **efetiva alienação do ativo** (Arquivo "17-Informação BERTPREV"), isto é, o reconhecimento da receita passou a ocorrer apenas quando realizada financeiramente.

Ocorre que a referida alteração dos procedimentos contábeis apenas atingiu os registros relativos ao 2º Semestre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



de 2017, sendo que, considerando a apuração, realizada pelo RPPS, do **valor total arrecadado** em 2017 com as **remunerações decorrentes de investimentos efetivamente alienados**, verificamos uma diferença entre esse montante e os valores, da mesma receita, informados ao Sistema AUDESP. A tabela abaixo ilustra o exposto:

Fonte	Alínea	Arrecadação
SISTEMA AUDESP	13281000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR EM RENDA FIXA	R\$ 28.387.797,88
	13282000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR EM RENDA VARIÁVEL	R\$ 7.956.910,19
	TOTAL - A	R\$ 36.344.708,07
ORIGEM	13281000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR EM RENDA FIXA	R\$ 10.482.092,55
	13282000 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR EM RENDA VARIÁVEL	R\$ 380.807,91
	TOTAL - B	R\$ 10.862.900,06
DIFERENÇA = A-B		R\$ 25.481.808,01

Dados apurados pela Origem no Arquivo "17-Informação BERTPREV", item 3.

Diante do exposto, entendemos que o montante de **R\$ 25.481.808,91** corresponde ao registro das receitas com a remuneração dos investimentos **ainda não realizados financeiramente, e que, portanto foram excluídas do quadro acima.**

Após os ajustes, verificamos que o RPPS ainda obteve superávit orçamentário de **R\$ 26.001.796,25**, equivalente a **56,72%** da receita arrecadada.

Nos 3 (três) últimos exercícios, o resultado da execução orçamentária apresentou os seguintes percentuais:

2016	Superávit de	R\$	18.640.398,81	53,82%
2015	Superávit de	R\$	48.210.656,96	79,30%
2014	Superávit de	R\$	45.497.423,34	81,30%

Resultados dos exercícios anteriores extraídos do Balanço Geral de 2016 (eTC-1576.989.16-4).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



B.1.2 - RESULTADO FINANCEIRO E ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício Anterior	Exercício Fiscalizado	%
Financeiro	315.023.081,62	386.328.265,71	22,63%
Econômico	81.881.722,07	35.670.858,05	-56,44%
Patrimonial	(48.565.324,75)	(12.894.466,70)	-73,45%

Resultados de 2016 extraídos do Balanço Geral de 2016 (eTC-1576.989.16-4). Resultados de 2017 extraídos dos Demonstrativos Contábeis gerados pelo Sistema AUDESP (Arquivo "15-Demonstrativos AUDESP").

B.1.3 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS

Constatamos a regularidade dos lançamentos e registro das receitas, sendo que estas podem ser assim resumidas:

RECEITAS	2015	2016	2017
Patronal	17.237.562,14	23.206.961,56	22.736.803,52
Segurados	7.857.132,97	9.819.297,49	10.583.552,15
Compensação previdenciária	103.760,11	243.128,47	633.674,94
Rendimentos de aplicações	34.878.070,48	58.759.647,53	10.862.900,06
Parcelamento de dívidas	718.234,05	626.277,22	724.727,87
Aportes		368.406,19	205.075,03
Outras	747,12	372.714,86	95.394,07
Total	60.795.506,87	93.396.433,32	45.842.127,64

Informações de 2015 e 2016 extraídas do Balanço Geral de 2016 (eTC-1576.989.16-4). Resultados de 2017 com base nos Arquivos "18-Balancetes Origem" e "19-Demonstrativos da Receita".

Relativamente às receitas recebidas pelo Regime, verificamos que a Prefeitura Municipal não realizou o aporte financeiro definido em lei para fins de cobertura do déficit técnico do RPPS.

Nos termos do artigo 80-A da Lei Complementar Municipal nº 95/13 (acrescido pela Lei Complementar Municipal nº 119/15), o déficit técnico do Plano de Previdência Municipal será coberto por aportes financeiros ou bens imóveis nos exercícios de 2016 a 2048, nos valores indicados no Anexo I da referida lei, rateados entre os órgãos patronais na proporção de 96,07% para a Prefeitura Municipal, 3,11% para a Câmara Municipal e 0,82% para o BERTPREV (Arquivo "04-LC 95 13 e alterações", página 70).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Assim, considerando a referida legislação, verificamos como se deram os aportes no exercício em exame, consignando os resultados no quadro abaixo:

Descrição	Valor Devido	Valor realizado
Valor total do aporte (Anexo I da LC 119/15)	R\$ 4.946.914,20	205.075,03
Prefeitura Municipal (96,07%)	R\$ 4.752.225,37	-
Câmara Municipal (3,11%)	R\$ 154.066,73	R\$ 154.066,73
BERTPREV (0,82%)	R\$ 40.622,10	R\$ 40.622,10

Arquivo "19-Demonstrativos da Receita", páginas 04 e 05;
O valor total do aporte realizado (R\$ 205.075,03) inclui o montante de R\$ 10.386,00, referente a déficit de 2015, repassado apenas em 2017 (Arquivo "19-Demonstrativos da Receita", página 05)

De acordo com o exposto, a Prefeitura Municipal não realizou o aporte determinado pela Lei Complementar Municipal nº 110/15, estando o referido valor registrado na Dívida Ativa do RPPS, conforme Arquivo "20-Saldo da Dívida Ativa". Nos termos informados no item **B.1.3.1 - PARCELAMENTOS**, este valor devido pela Prefeitura Municipal foi objeto de parcelamento no exercício de 2018, autorizado pela Lei Municipal nº 1.279, de 22 de dezembro de 2017.

Com relação ao valor lançado na linha "Outras" do quadro das receitas, constatamos tratar-se, em sua maior parte (R\$ 77.487,80), de multas e juros recebidos da Prefeitura Municipal em razão da ocorrência de atrasos no recolhimento de diversas competências de 2017 (Arquivo "19-Demonstrativos da Receita", página 03).

B.1.3.1 - PARCELAMENTOS

Demonstramos abaixo os parcelamentos a receber (Arquivo "21-Parcelamentos"):

Saldo do exercício anterior	R\$ 1.784.898,40
(+) Ajustes firmados no exercício	R\$ 3.749.971,41
(-) Recebimentos no exercício	R\$ 595.462,24
(+) Reparcelamentos no exercício	
(=) Saldo final do exercício	R\$ 4.939.407,57

- Processo nº: 4.479/2001
valor total parcelado: R\$ 6.909.284,15
quantidade de parcelas: 240
Assinado em: 22/02/2002
parcelas devidas no exercício: 12
pagas no exercício: 12
quantidade de parcelas a pagar em 31/12/17: 50
valor das parcelas a pagar em 31/12/17: R\$ 1.439.434,24



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Arquivo "22-Parcelamento Anterior".

- Processo nº: 7.390/2017
valor total parcelado: R\$ 3.749.971,41
quantidade de parcelas: 60
Assinado em: 30/08/2017
parcelas devidas no exercício: 4
pagas no exercício: 4
quantidade de parcelas a pagar em 31/12/17: 56
valor das parcelas a pagar em 31/12/17: R\$ 3.499.973,33
Arquivo "23-Parcelamento Aporte 2016".

Verificamos que em 2017, ocorreram os pagamentos de todas as parcelas com vencimento no exercício, no valor total de **R\$ 724.727,87** (item **B.1.3 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS**), dos quais **R\$ 129.265,63** correspondem a atualização da dívida (Arquivo "21-Parcelamentos"), restando o montante de R\$ 4.939.407,57 a receber em 31/12/2017.

Ressaltamos que, conforme informado no item **B.1.3 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS**, a Prefeitura Municipal não repassou o valor de R\$ 4.752.225,37, previsto para 2017, a fim de dar cobertura ao déficit atuarial, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 119/15, sendo que, verificamos ter sido **editada a Lei Municipal nº 1.279, de 22 de dezembro de 2017**, autorizando a celebração de parcelamento deste débito e **celebrado o referido ajuste em 05/01/2018**, no valor de R\$ 4.854.409,88, para pagamento em 60 parcelas mensais (Arquivo "24-Parcelamento Aporte 2017").

Verificamos que o Regime Próprio de Previdência tem adotado formalmente as providências cabíveis quanto aos direitos a receber dos órgãos municipais, estando os mesmos devidamente registrados contabilmente.

Constatamos que o ente federativo tem obrigações em atraso, reconhecidas documentalmente e devidamente lançadas em seu Balanço Patrimonial junto ao RPPS, na importância de R\$ 9.698.632,90 (importância relativa aos parcelamentos celebrados em 22/02/2002, 30/08/2017 e 05/01/2018, mencionados acima - eTC-6305.989.16-2; Evento 80; Arquivo "28-Demonstrativo Dívida Fundada"), não havendo parcelamentos destes débitos nos termos da Portaria nº 333/2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



B.2 - OUTRAS DESPESAS

B.2.1 - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

No exercício, foram concedidas aposentadorias e pensões, cujas matérias estão sendo tratadas em autos próprios.

Informamos que o número de segurados do regime em 31 de dezembro de 2017 era de 1.801 (Arquivo "25-Informação Segurados"), segregados conforme tabela abaixo:

	2017
ATIVOS	1.519
INATIVOS	217
PENSIONISTAS	65
OUTROS	-

Constatamos que no exercício em exame não foram promulgadas leis municipais alterando a regulamentação das carreiras dos servidores quanto aos direitos previdenciários, no que toca a benefícios que tenham impacto financeiro ou atuarial no RPPS (Arquivo "26-Certidão Direitos Previdenciários").

B.2.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Demonstramos, abaixo, a situação das despesas administrativas da Entidade:

Exercícios das Remunerações	2014	2015	2016
Remuneração (civis e militares)	125.688.559,04	138.742.370,79	155.341.449,22
Exercícios das Desp. Adm.	2015	2016	2017
Despesas administrativas: total	2.269.920,21	2.955.257,12	2.645.311,99
Percentual apurado	1,81%	2,13%	1,70%

Informações de 2014 e 2015 retiradas do Balanço Geral de 2016 (eTC-1576.989.16).

Informamos inicialmente que o valor das despesas administrativas lançado no quadro acima (R\$ 2.645.311,99) se refere ao informado pelo RPPS (Arquivo "27-Despesas Administrativas"), somado ao montante de R\$ 241.271,98, relativo aos gastos com o PASEP, que incluímos (Arquivo "19-Demonstrativos da Receita", página 07).

A Entidade em tela realizou gastos administrativos dentro do limite de 2% do valor total das remunerações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



(servidores ativos), proventos (inativos) e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício anterior ao examinado (inciso VIII, artigo 6º da Lei Federal nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da Orientação Normativa SPS nº 02/09).

B.2.3 - ENCARGOS SOCIAIS

Constatamos que os recolhimentos dos encargos sociais foram efetuados.

Observamos que não houve parcelamentos ou reparcelamentos nos termos da Portaria nº 333/2017.

Verificamos, também, que o parcelamento vigente foi cumprido, encontrando-se na seguinte posição:

Parcelamentos	Parcelas pagas em 2017	Parcelas Restantes	Saldo a pagar em 31/12/2017
Lei Federal nº 11.941/2009	34	0	0

Arquivo "28-Parcelamento Encargos".

B.2.4 - DEMAIS DESPESAS ELEGÍVEIS PARA ANÁLISE

Examinamos, por amostragem, as despesas efetuadas no exercício e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

B.3 - TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Segundo nossos testes efetuados, verificamos a correta adequação dos setores de Almojarifado e Bens Patrimoniais.

Relativamente ao setor de Tesouraria, verificamos que os recursos relativos à Taxa de Administração, destinados à manutenção e custeio das atividades da Autarquia, são movimentados em banco privado (Banco Santander S.A. - Arquivo "29-Conta Custeio - Santander"), o que, em razão de não se tratarem recursos de natureza previdenciária, contraria o disposto no artigo 164, § 3º, da Constituição Federal.

PERSPECTIVA C - EXECUÇÃO FÍSICA DOS SERVIÇOS

C.1 - CONTRATOS E ACOMPANHAMENTOS DE EXECUÇÕES

No período não foram selecionados, por meio do Sistema AUDESP - IV, contratos para instrução e acompanhamentos da execução.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



C.1.1 - CONTRATOS COM EMPRESAS DE CONSULTORIA

Constatamos a celebração de ajuste com a empresa:

01	Contrato n°:	s/n°
	Data:	14/08/2017
	Contratada:	LDB Consultoria Financeira Ltda. - EPP
	CNPJ:	26.341.935/0001-25
	Valor:	R\$ 7.800,00
	Objeto:	Prestação dos serviços de consultoria financeira de valores mobiliários
	Prazo:	01 ano
	Licitação ou dispensa:	Dispensa de Licitação
Registro CVM:	Sim	

Arquivo "30-Contrato Consultoria".

Os relatórios e análises fornecidos pela empresa no exercício fiscalizado encontram-se acostados nos Arquivos "31-Relatórios da Consultoria - Parte 01" a "31-Relatórios da Consultoria - Parte 04", e estão em conformidade com o objeto da contratação, fornecendo análises adequadas e individualizadas dos investimentos sugeridos ao Regime.

C.1.2 - CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO

Sob amostragem, analisamos os contratos celebrados no exercício em exame não identificando irregularidades de instrução.

PERSPECTIVA DE ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

D.1 - LIVROS E REGISTROS

Durante o planejamento da fiscalização, não vimos materialidade que ensejasse a verificação *in loco* dos recursos atinentes a Livros e Registros.

D.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização, não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AUDESP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



D.3 - PESSOAL

Eis o quadro de pessoal existente em 31.12.2017:

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Efetivos	15	15	13	13	2	2
Em comissão	1	1	1	1		
Total	16	16	14	14	2	2
Temporários	2016		2017		Em 31/12 de 2017	
Nº de contratados						

Informações de 2016 extraídas do Balanço Geral de 2016 (eTC-1576.989.16-4). Quadro de Pessoal de 2017 no Arquivo "32-Quadro de Pessoal".

Verificamos que os seguintes servidores possuem a certificação CPA-10 para operar no mercado de investimentos:

NOME	Validade Certificação
Kátia Hidalgo Daia	29/05/2021
Rejane Westin da Silveira Guimarães de Godoi	23/10/2018
José Ferreira Melo Filho	23/10/2018
Jean Mamede de Oliveira	09/10/2018
Philippe Santos do Bom Sussesso	11/11/2019
Maristela Regina Teodoro Costa	07/04/2020
Alexandre Hope Herrera	10/06/2019
Evanilson Ficher Matos Siqueira	21/02/2020
Patrícia Ramos Quaresma Corrêa	27/11/2018
Maria Carolina Chamarelli Signorini	28/04/2020

Arquivo "33-Servidores Certificados"

No exercício fiscalizado não foram admitidos servidores efetivos/temporários mediante concurso/processo seletivo.

D.4 - DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Não chegou a nosso conhecimento a existência de denúncias/representações e/ou expedientes.

D.5 - ATUÁRIO

Informamos, a seguir, a situação atuarial do Regime (Arquivo "34-DRAA", páginas 22, 58, 93, 125):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



DRAA entregue a SPPS em	Situação atuarial	Valor R\$
2018	Superávit	6.850.060,64 ²
2017	Déficit	9.920.227,63 ¹
2016	Déficit	134.222.593,80
2015	Déficit	131.219.666,97

- O valor apresentado considera o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, definido na Lei Complementar Municipal nº 119/2015 (Arquivo "04-LC 95 13 e alterações", página 70). Assim, temos: Valor do déficit calculado no DRAA de 2017 (R\$ 156.282.747,63) - valor do plano de equacionamento (R\$ 146.362.520,00) = diferença do déficit a ser equacionado (R\$ 9.920.227,63);
- O valor apresentado considera o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, definido na Lei Complementar Municipal nº 135/2018 (Arquivo "04-LC 95 13 e alterações", páginas 71/79). Assim, temos: Valor do déficit calculado no DRAA de 2018 (R\$ 149.432.686,99) - valor do plano de equacionamento (R\$ 156.282.747,63) = superávit atuarial (R\$ 6.850.060,64).

Segue no quadro abaixo a situação da implementação das medidas indicadas no parecer atuarial no DRAA entregue à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS em 2017 (Arquivo "35-Avaliação Atuarial 2017", páginas 11/16):

	Descrição	Implementado	
		Sim	Não
a)	Manutenção da alíquota vigente de 11% para os servidores e 21,61% mais 3,11% da taxa de administração, totalizando 24,72% para os Órgãos Patronais;	x	
b)	Implantar plano de aportes anuais, crescentes a cada ano, no período de 2017 a 2051, conforme tabela que consta do Parecer Atuarial, cujos pagamentos serão divididos entre a Prefeitura, Câmara Municipal e o BERTPREV, na medida de suas respectivas responsabilidades atualizados neste cálculo - 96,07% da Prefeitura, 3,07% da Câmara Municipal e 0,86% do BERTPREV.	x	

Arquivo "36-Lei Aportes"



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Ressaltamos que a Prefeitura Municipal não realizou o aporte determinado pela Lei Complementar Municipal nº 110/15, para pagamento no exercício de 2017, estando o referido valor registrado na Dívida Ativa do RPPS, conforme Arquivo "20-Saldo da Dívida Ativa". Nos termos informados no item **B.1.3.1 - PARCELAMENTOS**, este valor devido pela Prefeitura Municipal foi objeto de parcelamento no exercício de 2018, autorizado pela Lei Municipal nº 1.279, de 22 de dezembro de 2017.

Ademais, não constatamos inconsistências no DRAA entregue à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPSS em 2018 (Arquivo "37-Avaliação Atuarial 2018"), elaborado pela empresa Exacttus Consultoria Atuarial Ltda. - EPP. - CNPJ nº 08.401.147/0001-03.

D.6 - GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

D.6.1 - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Observamos a boa ordem e organização dos documentos que compõem os processos de investimentos.

Verificamos, por amostragem, a documentação apresentada pelo gestor do órgão nos procedimentos administrativos adotados para a realização dos investimentos e não constatamos impropriedades.

D.6.2 - RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

De acordo com os relatórios emitidos pela empresa de consultoria e extratos dos investimentos realizados (Arquivo "31-Relatórios da Consultoria - Parte 04", página 02), a rentabilidade da carteira de investimentos do Regime no exercício em exame foi da ordem de 17,59%, alcançando rentabilidade real (expurgado índice inflacionário de 2,95% - Arquivo "38-IPCA - IBGE 2017") de **14,19%**².

Constatamos ainda, que o montante de investimentos do regime em 31/12/2016 era de **R\$ 313.933.565,66** e em 31/12/2017 era de **R\$ 385.467.812,76** (Arquivo "39-Montante de

² Aplicada a fórmula de Fisher no cálculo:

Fórmula de Fisher	· Taxa de Juros real = $\frac{(1+Taxa\ de\ Juros\ nominal)}{(1+Taxa\ de\ Inflação)} - 1$
	14,19 % = $\frac{1,1756}{1,0295} - 1$



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Investimentos") e que, segundo dados fornecidos pelo Regime (Arquivo "17-Informação BERTPREV", página 02), o resultado positivo foi da ordem de **R\$ 59.618.422,32**.

D.6.3 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Demonstramos abaixo a situação dos investimentos em 31/12/17:

A Investimento do RPPS:	Valores
Segmento de Renda Fixa	145.118.860,72
Segmento de Renda Variável	108.996.277,50
Segmento em Imóveis	
Títulos e Valores Mobiliários	131.378.651,55
Investimentos com Taxa de Administração	852.211,56
Total de Investimentos	386.346.001,33
B Provisão:	
Provisão para Perdas em Investimentos	(30.155.292,64)
Arquivo "40-Investimentos"	

As aplicações financeiras (investimentos) do Regime no encerramento do exercício fiscalizado encontravam-se de acordo com a Resolução CMN nº 3.922/2010, alterada pela Resolução nº 4.604/17 (artigos 7º, 8º e 9º), com exceção do enquadramento das aplicações em Renda Variável - Fundos de Ações. Conforme consta no Relatório de Investimentos do RPPS (Arquivo "11-Relatório Dez"), estavam alocados em investimentos desta natureza (artigo 8º, inciso III, do referido normativo), em dezembro de 2017, R\$ 62.877.436,89, correspondentes a 16,31% da carteira do RPPS, extrapolando, assim, o limite de 15% estabelecido³.

Na amostragem realizada, constatamos que antes da primeira aplicação nos Fundos de Investimento, houve reuniões do Comitê de Investimentos devidamente registradas em atas para análise dos investimentos propostos.

Na análise, por amostragem, dos investimentos realizados no exercício em tela não constatamos situações atípicas em seus regulamentos/prospectos.

Constatamos que o Instituto de Previdência em questão adotou os registros auxiliares para apuração da depreciação,

³ Após as alterações promovidas pela Resolução nº 4.604, de 19/10/2017, o limite considerado para este investimento passou a ser de 10%, com prazo de 180 dias para adequação, nos termos do artigo 21 do mencionado normativo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



avaliação e reavaliação dos bens ativos, com exceção dos investimentos, que tiveram a desvalorização comercial registrada contabilmente como deságio financeiro, atendendo parcialmente o artigo 16, inciso V, da Portaria MPAS nº 402/08 (Arquivo "41-Declaração Registros Contábeis").

D.7 - CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

De acordo com o Certificado de Regularidade, emitido pela Secretaria de Previdência Social (Arquivo "42-CRP"), a Entidade vem observando os critérios e o cumprimento das exigências estabelecidas na Lei Federal nº 9.717/98.

D.8 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento da Lei Orgânica e das Instruções deste Tribunal.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, verificamos que, em 2017, o Instituto de Previdência cumpriu as recomendações deste Tribunal.

D.9 - JULGAMENTO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS APRECIADOS

Exercício	Número do Processo	Decisão
2016	1576.989.16	Em trâmite
2015	5265.989.15-2	Em trâmite
2014	TC-1505/026/14	Em trâmite

CONCLUSÃO

Observada a instrução processual aplicável à espécie, para posterior julgamento das contas a que se refere o inciso III do artigo 2º c.c. os artigos 27, 32 e 33 da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993, a fiscalização, na conclusão de seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

➤ **A.2.3- COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

- Ausência de previsão de forma de representatividade, em desatendimento à alínea "e" do § 1º do artigo 3º da



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Portaria MPS nº 519/11, incluída pela Portaria MPS nº 440/13;

- As aplicações em Renda Variável - Fundos de Ações (artigo 8º, inciso III, da Resolução nº 3.922/10, alterada pela Resolução nº 4.604/17), estavam desenquadradas da Política de Investimentos (aplicações correspondentes a 16,31% da carteira do RPPS, extrapolando o limite de 15% estabelecido na Política de Investimentos);

➤ **B.1.1- RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- Contabilização, **até julho de 2017**, de Receitas Orçamentárias oriundas dos ganhos auferidos pela carteira de investimentos do RPPS, antes da **efetiva alienação do ativo**, em desacordo com o Roteiro Contábil sobre o assunto, emitido pela Divisão AUDESP, em consonância com as recomendações do Departamento de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência;
- A forma de contabilização acima descrita majorou, indevidamente, o resultado orçamentário do órgão e também a Receita Corrente Líquida do Município, ampliando os limites de despesas e endividamento do Ente com base em receitas não realizadas financeiramente, em afronta aos Princípios da Transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da Evidenciação Contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/64). O Órgão corrigiu o apontamento a partir do segundo semestre de 2017;

➤ **B.1.3 - FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS**

- A Prefeitura Municipal não realizou o aporte financeiro previsto, da ordem de **R\$ 4.752.225,37**, descumprindo as recomendações do atuário e o artigo 80-A da Lei Complementar Municipal nº 95/13 (acrescido pela Lei Complementar Municipal nº 119/15);
- Atrasos nos pagamentos das contribuições devidas pelo Ente Central, relativos a diversas competências de 2016, gerando pagamento de multas e juros da ordem de R\$ 77.487,80;

➤ **B.3 - TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS**

- Os recursos relativos à Taxa de Administração, destinados à manutenção e custeio das atividades da Autarquia, são movimentados em banco privado, o que, em razão de não se tratarem recursos de natureza previdenciária, contraria o disposto no artigo 164, § 3º, da Constituição Federal;

➤ **D.6.3 - COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

- As aplicações em Renda Variável - Fundos de Ações (artigo 8º, inciso III, da Resolução nº 3.922/10, alterada pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIDADE REGIONAL DE SANTOS - UR-20



Resolução nº 4.604/17), estavam desenquadradas do limite estabelecido no referido normativo (aplicações correspondentes a 16,31% da carteira do RPPS);

- A Entidade adotou os registros auxiliares para apuração da depreciação, avaliação e reavaliação dos bens ativos, com exceção dos investimentos, que tiveram a desvalorização comercial registrada contabilmente como deságio financeiro, atendendo parcialmente o artigo 16, inciso V, da Portaria MPAS nº 402/08.

Os detalhes dessas ocorrências encontram-se nos tópicos correspondentes do presente relatório.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-20.2, em 29 de agosto de 2018.

Roberta Rocha Pereira de Veras Sebastião
Agente da Fiscalização